



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissão

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/2/2016

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da comissão nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.850/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado às Secretarias de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento e Gestão pedido de providências para concessão de autonomia financeira à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg;

nº 4.851/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o cumprimento e os efeitos positivos da Lei nº 12.503, de 1997, que dispõe sobre as empresas concessionárias de serviços de abastecimento de água e de geração de energia elétrica públicas e privadas, que ficam obrigadas a investir na proteção e na preservação ambiental da bacia hidrográfica em que ocorrer a exploração, o equivalente a, no mínimo, 0,5% do valor total da receita operacional ali apurada no exercício anterior ao do investimento;

nº 4.852/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Fábio Avelar Oliveira, em que solicitam seja realizado, no ano de 2016, evento na forma de ciclo de debates ou seminário legislativo destinado a discutir o Fundo de Exaustão e Assistência aos Municípios Mineradores, conforme o disposto no art. 253, § 3º, da Constituição Estadual, a fim de estimular a diversidade de atividades econômicas desses municípios;

nº 4.853/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Roberto Andrade e Fábio Avelar Oliveira, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o andamento e os avanços das obras de ampliação e infraestrutura do Aeroporto Internacional de Confins, a Linha Verde, que é a principal via de acesso ao aeroporto, e a prestação de serviços do Conexão Aeroporto e dos táxis;



nº 4.854/2016, dos deputados Antônio Carlos Arantes, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, em que solicitam seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Minas e Energia e de Agropecuária e Agroindústria para debater a situação do Projeto Jaiba quanto aos custos da energia, à comercialização dos produtos e à utilização da água;

nº 4.856/2016, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação jurídica dos comerciantes de *food trucks* – caminhões itinerantes de comidas e bebidas – no Estado;

nº 4.857/2016, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação das associações de proteção veicular em face do Projeto de Lei nº 3.139/2015, de autoria do deputado federal Lucas Vergílio, que altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros;

nº 4.858/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater a legislação, o apoio e o fomento aos estabelecimentos agroindustriais rurais, bem como questões de habilitação sanitárias e outros entraves e dificuldades do setor;

nº 4.859/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Agropecuária e Agroindústria para debater os assuntos relativos à crise econômica que atinge a cadeia produtiva do leite no âmbito do Estado;

nº 4.847/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bosco, Antônio Carlos Arantes e Felipe Attiê, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para equiparação remuneratória do quadro de pessoal da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – ao da Junta Comercial do Estado de São Paulo – Jucesp;

nº 4.848/2016, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Felipe Attiê e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado aos secretários de Estado de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o processo de negociação de reajuste salarial dos servidores da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg; e

nº 4.849/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg – pedido de informações sobre os dados circunstanciais relativos aos pedidos de arquivamento de atos de extinção de sociedade ou requerimento de empresário, com o mesmo objetivo, para os exercícios civis de 2014 e 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Felipe Attiê – Roberto Andrade – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2015, EM 22/4/2015

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e o deputado Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Geisa Teixeira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as contribuições oriundas da audiência pública realizada no dia 7 de abril de 2015, em conjunto com a Comissão Extraordinária das Mulheres, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, coordenadora da Rede de Enfrentamento de Violência contra a Mulher, que é convidada a tomar assento à mesa. O presidente, na condição



de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às deputadas e à convidada para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2016.

Gil Pereira, presidente – Marília Campos – Fábio Cherem – Celise Laviola.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CULTURA E DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/6/2015

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Wander Borges e Durval Ângelo (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da Comissão de Cultura; os deputados Durval Ângelo, Bosco (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM) e Wander Borges (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCMG), membros da Comissão de Direitos Humanos. Está presente, também, o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a buscar alternativas para o não fechamento do Teatro Klaus Vianna e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Regina Fagundes Amaral, integrante do Movimento Viva Klaus; e os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; Arnaldo Godoy, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Leônidas José de Oliveira, presidente da Fundação Municipal de Cultura; José Luiz Gattás Hallak, diretor de Relações Institucionais da Oi, representando o presidente dessa empresa, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. A seguir, passa a palavra aos deputados Wander Borges e Durval Ângelo, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.146/2015, dos deputados Bosco, Wander Borges e Durval Ângelo, em que solicitam seja formulada manifestação de apoio ao presidente e aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado para a permanência do Teatro Klaus Vianna nas dependências do tribunal. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Bosco, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/7/2015

Às 14h50min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Wander Borges, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições da população em situação de rua no Estado, sobretudo no Município de Belo Horizonte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Júnia Roman Carvalho, defensora pública de Direitos Humanos, representando a Sra. Christiane Neves Procópio Malard, defensora pública-geral do Estado; Katia Simone Zacche, gerente de Promoção e Proteção Especial, da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, representando a Sra. Luzia Ferreira, secretária municipal de Políticas Sociais; Betânia Peixoto Lemos, vice-presidente do Serviço Voluntário de Assistência Social – Servas –, representando a Sra.



Carolina Oliveira Pimentel, presidente dessa instituição; e os Srs. Alberto Diniz Júnior, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, representando o Sr. Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, presidente desse tribunal; Jaime Rabelo Adriano, superintendente da Subsecretaria da Assistência Social, representando o Sr. André Quintão, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; o Ten. Cel. PM Vitor Augusto Araújo, comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da PMMG; Júlio Flávio Lacerda, presidente da Associação Projeto Cidade Refúgio; Carlos Eduardo Ferreira Lemes, supervisor da Pastoral de Rua da Paróquia Sagrada Família; Davi Teodoro, integrante da Pastoral de Rua da Paróquia Sagrada Família; Tarcísio da Costa Moraes, morador de rua; e Daniel Santos da Cruz, morador de rua e integrante do Movimento da População de Rua, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL, DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO E DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/7/2015

Às 14h1min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Dirceu Ribeiro, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; e o deputado Antônio Carlos Arantes, membro da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e solicita que os membros das comissões presentes a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos empresários e dos trabalhadores dos setores moveleiro, comercial e industrial no Município de Ubá e região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lúcia Neves Caiffa São Paulo, técnica responsável do Serviço de Apoio às Pequenas e Microempresas – Sebraede Ubá –, e Cláudia Carneiro Mendes, coordenadora do Sistema Nacional de Emprego – Sine Ubá –, e os Srs. Pedro Raymundo, secretário Municipal de Finanças, representando o Sr. Edvaldo Baião Albino, prefeito de Ubá; Samuel Gazolla Lima, presidente da Câmara Municipal de Ubá; William Rosignoli, presidente da Associação Comercial e Industrial de Ubá; Aureo Calçado Barbosa, diretor-executivo, representando o Sr. Michel Henrique Pires, presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Marcenaria de Ubá; José Carlos Reis Pereira, presidente do Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Madeira de Ubá; Lúcio Mauro Campos Silva, Comandante do 21º Batalhão da PMMG; José Geraldo Faria, presidente da Federação dos Moradores das Associações Comunitárias dos Bairros, Distritos e Zona Rural de Ubá – Femac –, Francisco Campolina, vice-presidente da Fiemg Zona da Mata, e Fernando Dias da Silva, delegado regional da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Dalmo Ribeiro e Dirceu Ribeiro, autores dos requerimentos que deram origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/8/2015**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Sargento Rodrigues, membro da Comissão de Segurança Pública, e o deputado Fred Costa, membro da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Está presente, também, o deputado Glaycon Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o aumento da criminalidade no Município de Ouro Branco e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício dos estudantes do Câmpus Alto Paraopeba da Universidade Federal de São João del-Rei, contendo relatório sobre segurança pública. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Aparecida Junqueira Campos, prefeita de Ouro Branco, Branca de Castilha de Souza Cunha, presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco, Patrícia Terezinha Bianchette Leite, delegada regional da 2ª Delegacia Regional de Conselheiro Lafaiete, e Candida Paula Junqueira de Assis, delegada de Polícia Civil de Ouro Branco; e os Srs. Charles Silva Gomes, vereador da Câmara Municipal de Ouro Branco, Marcelo Fonseca Prado, delegado titular de Polícia Civil de Ouro Branco, Ten.-Cel. PM Sérgio Henrique Cardoso, comandante do 31º Batalhão da Polícia Militar de Ouro Branco, Cap. PM Juliano Brandão, da 65ª Cia. de Polícia Militar de Ouro Branco, Ten. PM André Luiz Resende, da 65ª Cia. de Polícia Militar de Ouro Branco, e Eduardo Andrade Domingos Machado, inspetor da Polícia Rodoviária Federal, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/9/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, membro da Comissão de Segurança Pública, e Celinho do Sinttrocel, membro da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do sistema prisional e as condições de trabalho dos rodoviários de Ipatinga e região. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Leonardo de Oliveira Miranda, secretário Municipal de Segurança e Convivência Cidadã de Ipatinga, representando a Sra. Maria Cecília Ferreira Delfino, prefeita municipal; Zuley Jacinto de Souza, assessor-chefe do gabinete da Subsecretaria de Administração Prisional, representando o Sr. Bernardo Santana de Vasconcellos, secretário de Estado de Defesa Social; Alexsander Esteves Palmeira, delegado de Polícia Civil, representando o Sr. Wanderson Gomes da Silva, chefe da Polícia Civil do Estado; Geraldo Magela de Moraes, delegado de Polícia Civil Adjunto, representando o Sr. João Octacílio Silva Neto, delegado Regional de Polícia Civil de Ipatinga; Cel. PM Edvanio Rosa Carneiro, comandante da 12ª Região da Polícia Militar do Estado (Ipatinga); Ten.-Cel. PM Gregório Lara da Silva, comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar do Estado (Ipatinga); João Batista Ferreira, diretor do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional de Ipatinga; Adão dos Anjos, diretor da Penitenciária Dênio Moreira, de Ipaba; Antônio Afonso Duarte, prefeito de Santana do Paraíso; Pietro Chaves Filho, prefeito de Belo Oriente; e Moacir de Castro, presidente da Câmara Municipal de Timóteo, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência passa a condução dos trabalhos ao deputado Sargento Rodrigues, coautor do requerimento que deu origem ao debate, que faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta



das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23/2015, EM 6/10/2015

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Dilzon Melo e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 23/2015 (relator: deputado Professor Neivaldo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de fevereiro de 2016.

Geraldo Pimenta, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o deputado Celinho do Sinttrocel, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual aprova e subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a crise vivida pela cidade de Nova Lima e seus impactos na vida da população e dos trabalhadores municipais. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Rosilene Cristina Rocha, secretária-adjunta da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o Sr. André Quintão, secretário de Estado, e os Srs. Ronaldo Gonçalves Marques, chefe de gabinete, representando o Sr. Cassio Magnani Junior, prefeito Municipal de Nova Lima, José Geraldo Guedes, presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, Adriano Alisson Vaz, secretário de Educação de Nova Lima, Igor Gonçalves Melo, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Lima – Sindserp –, representando a Sra. Érika Fernanda de Souza, presidente, e o Sr. Ludson Rocha Martins, representante do FTSuas – NL – Fórum dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Nova Lima, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Douglas Melo – Ricardo Faria.

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/12/2015

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Tiago Ulisses (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada



comissão. Está presente, também, o deputado Geraldo Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.016/2015, no 2º turno, do qual designou como relator o deputado Celinho do Sinttrocel. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do vencido em 1º turno, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.016/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 1.153, 1.182, 1.212, 1.276, 1.521, 1.845, 1.898, 1.919, 2.105, 2.127, 2.158, 2.199, 2.204, 2.259, 2.307, 2.309, 2.311, 2.315, 2.316, 2.319, 2.321, 2.326, 2.408, 2.554, 2.568, 2.576, 2.621, 2.639, 2.677, 2.689 e 2.735/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos

Sala das Comissões, 4 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, presidente.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, que dispõe sobre parcelamento do débito de reposição florestal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.807/2015, do deputado Douglas Melo, que institui o Dia Estadual do Radialista. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 616/2015, da deputada Rosângela Reis, que dispõe sobre a Política Estadual de Diversificação Produtiva dos Municípios Mineradores. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.272/2015, do deputado Ricardo Faria, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Contagem. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.033; 3.047 a 3.049 e 3.059/2015, do deputado Cabo Júlio; 3.811; 3.812, 3.864 e 3.865/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 3.841/2016, do deputado Bosco; 3.853 a 3.856/2016, do deputado Isauro Calais; 3.893/2016, do deputado Douglas Melo; 3.905/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.289/2015, do deputado Douglas Melo; 3.341/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.349/2015, do deputado Douglas Melo; 3.386, 3.388 a 3.390, 3.392, 3.394, 3.396 a 3.398/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.414 a 3.421/2015, do deputado Bosco; 3.522/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.527/2015, do deputado Gil Pereira; 3.697 a 3.699/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.700 a 3.715/2016, do deputado Wander Borges; 3.754 a 3.760, 3.762 a 3.766/2016,



da deputada Ione Pinheiro; 3.775/2016, do deputado Wander Borges; 3.813 a 3.817/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.825 a 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.851 e 3.852/2016, do deputado Thiago Cota; 3.897 e 3.898/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; 3.907 a 3.911/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.658/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 3.767/2016, do deputado Duarte Bechir; 3.829 e 3.832/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; e 3.892/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.893/2015, do deputado Doutor Wilson Batista.

Requerimento nº 3.839/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.738/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.739, 3.777, 3.781 a 3.785/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.768/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.857/2016, da Comissão de Minas e Energia; 3.895/2016, do deputado Felipe Attiê; 3.896/2016, da Comissão de Segurança Pública; 3.916/2016, do deputado Fabiano Tolentino.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 960/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/3/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.080/2015, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 2/3/2016****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres de redação final

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/3/2016, às 16h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 3.230/2016, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 29 de fevereiro de 2016.

Leonídio Bouças, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.074/2015****Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Social Esperança, com sede no Município de Itabira.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.074/2015 pretende declarar de utilidade pública o Centro Social Esperança, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção do desenvolvimento socioeconômico e o combate à pobreza.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades de educação, observando a forma complementar de participação; promove a segurança alimentar e nutricional; incentiva o voluntariado e atua pela efetivação dos direitos estabelecidos, a construção de novos direitos e presta assessoria jurídica gratuita.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Centro Social Esperança no Município de Itabira, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.074/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.100/2015**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Glaycon Franco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Acadêmica Libertas Homini nº 3.835, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.100/2015 pretende declarar de utilidade pública a Loja Maçônica Acadêmica Libertas Homini nº 3.835, com sede no Município de Conselheiro Lafaiete, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição desenvolve a assistência social para os menos favorecidos; bem como a educação e a cultura em todos os seus níveis; promove a ética, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Loja Maçônica Acadêmica Libertas Homini nº 3.835 no Município de Conselheiro Lafaiete, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.100/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2016.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 23/2/2016**

O deputado Geraldo Pimenta – Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores do povo, mineiros e mineiras; saúdo especialmente as pessoas presentes nas galerias, o Dr. Getúlio, diretor da Colônia Santa Isabel, e o Thiago Flores, do Morhan. Cumprimento toda a Sabinópolis, que amanhã, dia 24 de fevereiro, fará mais um aniversário; o prefeito Beto, a Câmara Municipal de Vereadores. Que os nossos conterrâneos continuem construindo uma cidade cada vez melhor. Mando um abraço ao prefeito Carlin Moura, de Contagem, que com as brigadas da limpeza envolve o poder público e a população na prevenção da dengue, da zica e da chikungunya.

Sr. Presidente, estou encaminhando a esta Casa proposta para constituição de uma comissão extraordinária formada pelos diversos partidos com o objetivo de contribuir com o debate, o combate, a guerra contra o mosquito, a eliminação de



criadouros, a prevenção das doenças relacionadas a esse mosquito; para ajudar na construção de uma ampla reforma urbana em curto espaço de tempo e construir cidades mais saudáveis. Esse é o nosso desafio urgente.

Tem-se discutido muito o gênero, o sexo, a pronúncia correta da palavra dengue. Se o correto é a dengue ou o dengue, se mosquito ou mosquita, se “aedes” ou “edes”. Isso nos faz lembrar um poema de Carlos Drummond de Andrade, que diz o seguinte: “O poeta municipal discute com o poeta estadual qual deles é capaz de bater o poeta federal. Enquanto isso o poeta federal tira ouro do nariz”. Meus amigos, no caso da dengue, não se sabe se alguém está tirando ouro do nariz. No entanto, sangue, horror e lágrimas não faltam. Vejamos os dados.

Casos de dengue sobem quase mil por cento em Minas. Número de registros em fevereiro cresceu 10 vezes desde o dia 5, saltando de 672 para 7.296. O total de casos prováveis de dengue no Estado cresce de forma acelerada e, no ano, já chega a 62.271, com duas mortes. No ano passado a dengue matou 74 pessoas em Minas.

Também cresceu de 44 para 166 o número de casos de zika em investigação. E os casos de chikungunya passaram de 90 para 128, portanto uma alta de 42%. Uma em cada oito cidades de Minas apresentou, em janeiro 2016, quadro compatível com a epidemia, 300 casos por 100 mil habitantes.

Os esforços para combater os focos do mosquito *Aedes aegypti* estão sendo ampliados no Estado. Está agendado para amanhã, dia 24, o comitê gestor criado pelo governador para enfrentar a doença, reunindo os organismos do Estado com as prefeituras, para fazer uma grande reunião com os secretários de Saúde dos municípios e prefeitos para deflagrar uma operação para visitar todas as residências do Estado e ajudar os moradores, o povo, as cidades a combaterem o mosquito.

Meus amigos, várias outras iniciativas estão sendo discutidas e apresentadas. Apresentei esse requerimento propondo que esta Casa discuta numa comissão extraordinária o assunto. Há também projeto de lei do deputado Rogério Correia, que dispõe sobre medidas de prevenção e combate à dengue. Tem-se investido também em desenvolvimento e pesquisas da vacina contra a dengue. Ano passado apresentei a esta Casa projeto sobre reciclagem automotiva, que visa renovar a frota de carros e caminhões com mais de 20 anos de uso, retirando-se os veículos velhos e as sucatas das cidades, melhorando o trânsito, reduzindo a poluição, aquecendo a economia, combatendo os criadouros e os focos do mosquito da dengue.

Para finalizar, gostaria de parabenizar uma empresa de Belo Horizonte, a Ecovec, que inova e mostra que se pode prevenir a doença atacando os criadouros, antes da doença, capturando os mosquitos e informando à vigilância a presença ou não do vírus no mosquito, com monitoramento semanal.

Meus amigos, vamos todos prevenir e fazer cidades saudáveis e sustentáveis. Um abraço, muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos ler um histórico do trabalho do PT no Brasil. Está nas redes sociais, e tivemos o cuidado de digitar.

“Graças à evolução tecnológica da modernidade com a abertura das fronteiras do Brasil para o resto do mundo, o País cresceu reduzindo a pobreza, mas não foi através do PT. Então vamos ver a história que precisa ser contada.

Só para lembrar um pouquinho o porquê de os políticos não saberem a razão das manifestações que acontecem pelo Brasil.

A história é a mãe de todas as verdades. Em 1985, o PT foi contra a eleição de Tancredo Neves e expulsou os deputados que votaram nele. Em 1988, o PT votou contra a nova Constituição, que mudou o rumo do Brasil. Em 1989, o PT defendeu o não pagamento da dívida brasileira, o que transformaria o Brasil num caloteiro mundial. Em 1993, o presidente Itamar Franco convocou todos os partidos para um governo de coalizão pelo bem do País. O PT foi contra e não participou dela. Em 1994, o PT votou contra o Plano Real e disse que a medida era eleitoreira. Em 1996, o PT votou contra a reeleição, e hoje a defende. Em 1998, o PT votou contra a privatização da telefonia, medida que hoje nos permite ter acesso à internet e a mais de 150 milhões de linhas telefônicas. Em 1999, o PT votou contra a adoção do câmbio flutuante. Ainda naquele ano, o PT votou contra a adoção de metas de inflação. Em 2000, o PT lutou ferozmente contra a criação da Lei da Responsabilidade Fiscal, que obriga os governantes a gastarem apenas o que arrecadarem, ou seja, o óbvio,



que não era feito no Brasil. Por que será que o PT fez isso? Em 2001, o PT votou contra a criação dos programas sociais no governo Fernando Henrique Cardoso: Bolsa-Escola, Vale-Alimentação, Vale-Gás, Peti e outros. Bolsas são classificadas como esmolas eleitoreiras e insuficientes. Quase toda estrutura socioeconômica do Brasil foi construída no período listado acima.

O PT foi contra tudo e contra todos. Hoje roubam todos os avanços que os outros partidos promoveram e posam como os únicos construtores de um País democrático. Já que o PT foi contra tudo e contra todos desde a sua fundação, fica uma pergunta para que os leitores respondam: em 10 anos de governo, quais as reformas que o PT promoveu no Brasil para mudar o que os seus antecessores deixaram? Lembre-se sempre: embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim. Esta é uma comunicação oficial do Instituto Endireita Brasil.”

Estamos fazendo essas considerações para que o povo entenda por que o PT chegou à situação em que se encontra hoje em nível nacional e estadual. É uma situação crítica. O governador Pimentel está fazendo um corte drástico no orçamento do Estado. Na área da saúde cortou R\$200.000.000,00, na de defesa social, antiga de segurança, houve corte de R\$360.000.000,00, na de desenvolvimento urbano, cerca de R\$260.000.000,00. E aí, o que vai sobrar para realizar obras no Estado de Minas Gerais, se o PT, por meio do seu governador, está sendo questionado por tudo? Se o PT está cortando verbas e mais verbas das atividades-fim, enquanto estamos sentindo que as verbas de atividade-meio, de custeio, não está. Por exemplo, do palácio do governador não foi cortado quase nada, e assim outras verbas, ao contrário dos governos Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, que reduziam as despesas com as atividades-meio para investir nas atividades-fim. Por isso fomos governos – Anastasia e Alberto Pinto Coelho e sobretudo Aécio Neves – de referência no Brasil, em vários países da América Latina e em outros continentes. Com muita honra, concedo aparte ao deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte) – Muito obrigado, líder Mourão. Podemos ver perfeitamente a contradição petista na manifestação dos servidores públicos. Posso ler a manifestação dos servidores? Eles são discriminados. Está ali. Qual era o mote de campanha do Sr. Pimentel, do PT? “Ouvir para governar.” A pergunta do servidor público: “Cadê 'ouvir para governar'?”. O governador não trai os servidores da Seds, da Suase. “Exigimos o socioeducativo, exigimos tratamento igualitário nas carreiras da Seds.” “Queremos a reestruturação acordada entre o governo e o Sindpúblicos.” Estão aí os servidores do Estado, está lá escrito. Uma servidora carrega um cartaz: “Governador, cumpra o acordo”.

Isso, líder Mourão, é a história do PT. Prometem tudo e não cumprem nada; são contra tudo, vendem uma ilusão para as pessoas. Agora vemos os nossos servidores totalmente abandonados e hoje com o salário parcelado. Voltaremos à escala de salários dos governos do PMDB e do PT. Os servidores recebiam em sete chamadas, a última era no dia 29 de cada mês. Como V. Exa. disse, com Aécio Neves começamos a ver o servidor público receber até o quinto dia útil do mês. Com o Anastasia foi assim. Com o Alberto Pinto Coelho foi assim. Eles criticavam tanto aqueles governos – e V. Exa. foi líder de Anastasia nesta Casa –, e agora estamos vendo o que eles estão fazendo com os servidores públicos. Acordamos hoje com corte na saúde, corte na segurança pública, corte na educação. Pimentel Mãos de Tesoura. É aquele que vai cortando do serviço público, não sobra nada. Imagine áreas como a defesa social, como a saúde, como a segurança pública. Enquanto isso, os secretários de Estado do PT recebem os jetons. Parceladamente? Não. Já levantamos: eles recebem em dia, antes do quinto dia útil do mês. O PT, excelência, é uma farsa.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado, deputado João Leite. Conversava ontem com o senador Anastasia, e ele nos lembrava essa questão desnecessária, inoportuna e inadequada que é o aumento de impostos. Toda vez que se aumentam impostos – e agora o governo federal quer a CPMF, no Estado o governador aumentou 180 produtos diferentes –, o resultado é negativo. É negativo, deputado Antônio Carlos Arantes, porque, V. Exa. sabe muito bem, as empresas diminuem o seu investimento, dispensam empregados, arrecadam menos, o movimento diminui. Em vez disso, é preciso cortar, sobretudo, o custeio das atividades-meio, conforme estamos falando. No entanto, o governo Pimentel, por meio daquele projeto de lei que foi aprovado aqui pela base de governo, mas contra o qual a oposição votou e batalhou, do princípio ao fim, promoveu aumento de materiais de construção: argamassa, blocos de concreto, telhas etc.; materiais de escritório: caneta, cartucho de tinta e outras coisas; material de limpeza: água sanitária, sabão em barra; materiais elétricos: lâmpadas, fios, cabos e outros;



materiais escolares: borracha, caderno, lápis de cor, lápis escolares, apontador para lápis; materiais gráficos: papéis, planos destinados à indústria gráfica; medicamentos e materiais médicos e hospitalares: medicamentos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos médicos e hospitalares; móveis; produtos de higiene pessoal de modo geral; uniformes; vestuário e assim por diante.

Gente, que governo é esse? Que incompetência é essa de governo que aumenta tantos impostos, como está fazendo agora? Agora vem com um corte violento no orçamento e, o que é pior, sempre colocando culpa nos governos passados.

Essa é uma marca registrada do PT. Não estou dizendo que todos os prefeitos fazem assim, mas, em regra, fazem. E os governos, da mesma forma. O governo Pimentel está há mais de um ano no poder e continua colocando culpa em Aécio, em Anastasia, em Alberto Pinto Coelho. Quando é que ele vai começar a governar? Quando é que ele vai parar de aumentar impostos, sacrificando o povo mineiro de modo geral? Quando é que ele vai cumprir suas promessas, a exemplo do piso nacional na área da educação, que até agora está no terreno das promessas, de modo geral?

Nós, que estamos aqui, sabemos que os problemas mais sérios deste país não estão sendo resolvidos. Que a crise nacional, que a fonte da crise está no governo federal, não só por causa da incompetência na administração, mas por causa dos escândalos que surgem a toda hora. O último escândalo envolveu o marqueteiro da campanha da presidenta Dilma Rousseff, o Sr. João Santana, como a imprensa nacional está divulgando. Por causa da crise econômica, da crise ética no governo federal, os estados e municípios também estão mergulhados na crise. Por que estão mergulhados na crise? Oitenta por cento dos municípios brasileiros dependem sobretudo do fundo de participação. Os estados, da mesma forma, também dependem do fundo de participação estadual. Se o governo federal está no fundo do poço, o que vai acontecer com os estados e municípios? A mesma coisa. Eles ainda põem a culpa nos governos passados. Para variar, colocam a culpa na crise internacional. Crise internacional? Como é que muitos países já saíram dessa crise internacional? Como é que muitos países muito mais atrasados, com economia inferior à do Brasil, já saíram há muito tempo dessa crise, e o Brasil não consegue sair? E ainda ficam pondo culpa na crise internacional, no governo passado.

Aécio Neves, quando assumiu o governo de Minas, em 2003, assumiu uma situação extremamente difícil. Todo mundo sabia que o déficit fiscal era de cerca de R\$2.200.000.000,00. Aí vieram medidas consecutivas dos governos Aécio, Anastasia, Alberto Pinto Coelho e colocaram as todas coisas nos trilhos. Por isso vimos inúmeras obras acontecendo em todas as áreas do Estado. Não digo somente todas as áreas de educação, saúde, transporte, telefonia, assim por diante, mas todas as áreas geográficas de Minas Gerais. Essa é a verdade. Nos governos Aécio e Anastasia não ficou um município, dos 853, de Minas Gerais, sem receber pelo menos três obras. Estamos fazendo aqui um pronunciamento comparativo mostrando o que os governos do PSDB e os partidos que o apoiaram fizeram com este estado e o que este governo está fazendo. O que este governo está agora fazendo? Ele está sacrificando o povo mineiro cada vez mais. Com quê? Com promessas que não cumpriu. Um governo, um candidato, quando se prepara para se eleger, quando faz sua campanha, quando faz seu projeto de governo, tem de saber a situação do Estado, a situação do caixa do Estado. Se, assim como estão afirmando, a culpa é dos governos passados, era obrigação, era responsabilidade do candidato Fernando Pimentel saber a situação do Estado. Para que ele prometeu tudo aquilo, se ele sabia, segundo sua afirmação, que a situação do Estado era difícil? Será que ele se candidatou às escuras, sem saber o que o esperava? Ora, sem saber o que o esperava, porque ele prometeu tanto, conforme prometeu ao povo do Estado de Minas Gerais? Prometeu? Agora precisa cumprir. O povo quer saber quem olha nos olhos e cumpre o que prometeu. Isso não está acontecendo. O governo está sempre prometendo que vai cumprir o piso nacional, que vai cumprir isso, que vai cumprir aquilo. Desde a época da campanha fala a mesma coisa, e não está acontecendo nada. O governo não está cumprindo o que prometeu. Por isso é que estamos aqui: para cobrar, de forma veemente, que este governo Fernando Pimentel apareça e, pelo menos, cumpra uma pequena parte, uma fração daquilo que prometeu ao povo de Minas Gerais na campanha que o levou à eleição.

Agradecemos a atenção da Mesa e de todos os companheiros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Arlen Santiago* – Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amigos e amigas das galerias, que estão convivendo com um governo estadual que está aprendendo a fazer com o povo mineiro o que o governo federal tem feito com o povo brasileiro: sofrimento, sofrimento e sofrimento. No dia 25, haverá uma ação do governo estadual, às 14 horas, no Expominas, para fazer com os prefeitos um trabalho contra o mosquito *Aedes aegypti* e o Zika vírus. Acontece que o governo que convida para falar sobre essa questão é o mesmo que há sete meses não paga o programa Saúde em Casa para os prefeitos. É um governo que há quatro meses não paga a urgência e emergência para os hospitais que estão atendendo os acidentes, as facadas, os tiros, isso tudo. Além disso, é o mesmo governo que cortou R\$198.000.000,00 da saúde. Cortar o que mais, se há mais de 12 anos o governo do PT não aumenta o valor da consulta médica que está entre R\$6,35 e R\$10,00? Minas Gerais neste governo do PT já recebe um grande troféu: o da maior quantidade de casos de dengue em todo o Brasil. E o Ipsemg deve aos prestadores e não paga. Está devendo e aumentando a dívida de quem ainda está sendo atendido.

Além disso, o governador do Rio de Janeiro, amigo da presidente da República, decretou calamidade na saúde, e o governo federal mandou R\$350.000.000,00 para lá. Aqui, em Minas Gerais, a calamidade é maior e pior do que no Rio de Janeiro, os municípios são mais diluídos. Há poucos dias, o Hospital Santa Rosália, de Teófilo Otôni, praticamente fechou. O governo fez um convênio às pressas, de R\$4.000.000,00, talvez R\$6.000.000,00, para o hospital não fechar. E muitos estão fechando e sendo sucateados, enquanto o povo morre.

Acontece, deputado Bonifácio Mourão, que no ano passado, o governo federal não teve a capacidade de gastar do orçamento já minguado do Ministério da Saúde R\$15.000.000.000,00 para equipamentos e obras. O governador do PT de Minas Gerais é amigo da presidente da República, mas não reivindica nada a ela. Desses R\$15.000.000.000,00, ele poderia ter pedido, já que não conseguem gastar, R\$1.000.000.000,00 para retomar os hospitais regionais, que o governo passado, sem nenhum tostão do governo federal do PT, começou a fazer em várias cidades para melhorar o atendimento à população. Mas o governador é amigo da presidente e parece que é inimigo do povo de Minas Gerais. Enquanto ele não reivindica, o governador do Rio de Janeiro o faz, e esse dinheiro vai para outro lugar.

Então, a questão da saúde é premente, pois o Saúde em Casa está atrasado por sete meses; a urgência e a emergência, por quatro meses; e o teto dos hospitais abaixa a cada dia. Em Uberlândia, o hospital federal do Ministério da Educação, um grande hospital, com centro de oncologia e urgência e emergência, está fechando as portas, apesar de os deputados usarem suas emendas para dar atendimento à população.

Não adianta o governo do PT falar que não tem dinheiro. Tem dinheiro, sim. Por que fez agora um convênio de R\$10.000.000,00 para obras de asfaltamento na cidade de Neves? Por que o governo fez esse convênio, se não tem dinheiro para pagar o funcionalismo? Se vem atrasando o pagamento do funcionalismo e não vem dando o Ipsemg adequado ao funcionalismo? Não tem dinheiro para isso, mas pode destinar R\$10.000.000,00 a uma única cidade? Também não tem dinheiro para fazer o reajuste de 11,36%, que foi o índice da inflação, no salário dos funcionários, principalmente da educação. Aliás, convido todos vocês a virem aqui amanhã, às 9 horas, quando estarão aqui quase mil concursados da Secretaria de Saúde que querem e precisam da nomeação. Isso é lei, mas é tanto contrato e tanto cargo de confiança que, para os concursados, não tem jeito.

Além disso, a lei, que é feita para ser cumprida, estabelece que, quando um soldado completa determinado tempo de trabalho, ele deve ser nomeado cabo. Mas esse governo esquece a lei; eles já se acostumaram a esquecer a lei. Então, é um governo que não ouve e, principalmente, não governa. É um governo que aumentou o custo da máquina em R\$3.000.000.000,00; que paga jetons do BDMG, da Cemig e de outros lugares ao secretário, dando a ele R\$70.000,00. Para isso ele tem dinheiro, mas não vemos o dinheiro para o pagamento do funcionalismo.

Quem for ao posto do Seabra na BR-367, passando de Diamantina, vai ver uma estrada incompatível com a dignidade, que está matando muita gente. Indo para Carbonita, Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha, tão decantado na Caravana da Cidadania, vê-se o mesmo descaso. O que está sendo feito neste governo para o Vale do Jequitinhonha? Onde está o programa Caminhos de Minas, que veio para suceder o Processo, fazendo ligações? Na lata do lixo. Mas dinheiro para criar



secretarias e cargos comissionados, esse não falta. Dinheiro para atender algum cacique do PT e mandar R\$10.000.00,00 para uma cidade, esse tem. Eu brincava com o deputado Douglas Melo há pouco dizendo que, com a nossa querida Sete Lagoas tão bem administrada por Márcio Reinaldo, provavelmente o deputado também conseguirá um convênio de R\$10.000.000,00. Ou isso é só para pouquíssimos caciques?

Estamos atentos, porque temos notícia de que o governo não tem dinheiro para pagar o salário dos funcionários, não tem dinheiro para a saúde, não tem dinheiro para combater a dengue – lembrando que Minas Gerais é campeão em número de pessoas com dengue –, mas tem dinheiro para destinar R\$10.000.000,00 a uma cidade. Estamos de olho.

Fico com dó dos deputados desta Casa, da base, independentes, que nem tão independentes são, que não têm direito de fazer um convênio de asfalto, mas ficam de olho no *Minas Gerais*, que neste mês de março vai trabalhar. É convênio para atender quatro ou cinco do PT. O resto fica com a brocha na mão. O funcionalismo fica sem pagamento. A Polícia Militar vai pedalando. Vamos pedalando.

Infelizmente essa é a situação dramática na qual estão jogando Minas Gerais. Eu, presidente da Comissão de Saúde, fico muito triste. Quando dizem que a saúde de Minas Gerais está saindo da UTI, isso me trinca o coração. Há muitos pacientes que, quando saem da UTI, vão para o necrotério. É isso que está acontecendo com a saúde brasileira e de Minas Gerais.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Ilustre deputado Arlen Santiago, quero cumprimentá-lo pela firmeza, seriedade e, acima de tudo, por abordar aquilo que é inconteste. Não haverá aqui deputados da base de governo que venham contrapor os fatos e argumentos narrados por V. Exa. Basta olhar as galerias para vermos o Sindpúblicos de Minas Gerais com um manifesto. Parabenizo os servidores por estarem aqui, na data de hoje, manifestando o repúdio e a forma como o atual governo vem tratando os servidores, principalmente o futuro da Suase, que está em jogo. Deixo aqui os meus cumprimentos ao Sindpúblicos pela firmeza e seriedade, que não foi pelego como foram outros institutos e sindicatos especialmente da segurança pública de Minas Gerais.

Deputado Arlen Santiago, como sempre, Deus nos ilumina e faz com que enxerguemos um pouco mais adiante. Aportamos no final do ano passado um requerimento na Comissão de Saúde, que V. Exa. preside com maestria nesta Casa. Lá estávamos preocupados com a questão do IPSM, que V. Exa. nos trouxe aqui. O governador, por meio do seu secretário de Planejamento e Gestão, que, aliás, nunca planejou nem tem gestão de absolutamente nada neste estado, veio a público na Rádio Itatiaia, na CBN, no jornal *O Tempo*, no *Hoje em Dia* e em todas as redes de rádio e televisão de Minas Gerais, assim como na imprensa escrita, dizer que o IPSM tem excesso de orçamento, de arrecadação. Pasmem, senhores e senhoras. Como um secretário de Estado vem dizer que o Instituto de Previdência tem excesso de arrecadação? Pelo amor de Deus, secretário! Onde já se viu excesso de arrecadação se a lei só prevê duas fontes de arrecadação? Uma é a obrigação patronal; e a outra, do segurado. O secretário não tem noção, o governador Pimentel não tem noção de onde mexeu: na caixa de marimbondo.

Deputado Arlen Santiago, temos uma movimentação prevista para o dia 2 de março. Se o governador queria trazer os servidores da Polícia Militar e dos bombeiros da ativa para a manifestação, acabou de decretar o movimento dos ativos, dos da reserva, dos reformados e pensionistas. Não aceitaremos. O próprio comandante-geral da Polícia Militar veio a público manifestar em nota que não aceita, que o IPSM é nosso, nosso patrimônio. Este governo está brincando com os servidores públicos, desrespeitando-os. Imagine, deputado Arlen Santiago: se ele desvia dinheiro do IPSM, é porque está tirando dinheiro do atendimento odontológico, da saúde, do pensionista e do aposentado. Esse é o jeito PT de governar.

A incompetência tomou conta desse secretário. Isso é crueldade, não vamos aceitar.

Parabéns. Vamos realizar a audiência pública na comissão de V. Exa. Aqui traremos o secretário para explicar o que o seu governador determinou-lhe: fazer contingenciamento com o dinheiro da saúde de policiais e bombeiros militares é um crime de lesa-pátria. Não vamos aceitar. O secretário vai nos encontrar no dia 2 de março. Ele e o seu governador, que, pelo



visto, parece que continua no mundo da lua, não governa Minas. Deputado Arlen Santiago, a cabeça de Fernando Pimentel está, única e exclusivamente, preocupada com a Operação Acrônimo.

Parabéns a V. Exa. Continue firme, porque iremos providenciar audiência pública e agendar com V. Exa.

O deputado Arlen Santiago* – Vou ter de atender ao pedido desse nosso grande presidente, mas antes quero parabenizar o Sindpúblicos e a Asthemg. Quero dizer ao povo de Minas Gerais que por muito menos Tiradentes levantou este estado e foi morto. O Sindpúblicos, a Asthemg e nós estaremos aqui vigilantes.

Meus amigos, principalmente do bloco intermediário, olhem o *Minas Gerais* de março e vocês vão ver que há dinheiro para pagar funcionário, mas que está atendendo a quatro ou cinco caciques do PT. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, primeiro quero dizer aqui sobre o IPSM.

Hoje cedo mandei uma mensagem aos colegas dizendo que todos nós ficamos surpresos com a declaração do governo, na pessoa do secretário Helvécio, que vai mexer no IPSM. Disse, inclusive, ao próprio secretário. Ora, se o governo – aí eu falo de forma muito clara – quer ver desgraça neste estado, quer ver morte neste estado, quer ver que 1997 vai ficar pequeno para o que aconteceu, deputado Arlen Santiago, é mexer no Instituto de Previdência. Sabe por quê? O instituto foi criado por um grupo de sargentos. O dinheiro lá é nosso.

Aí preciso fazer menção ao governo anterior, deputado João Vítor Xavier, no qual não votamos, que tratava essas questões da polícia. Quando tinha qualquer coisa para tratar, chamava as entidades de classes, os deputados – seja da oposição ou da situação – e discutia as coisas da PM. Sabe quantas vezes pelo nosso governo as entidades foram chamadas para tratar mudanças na polícia? Nenhuma. E se tem uma coisa que nos une, do soldado ao coronel, dos que estão a favor, dos que são contra, dos ativos, dos inativos, das pensionistas, é o nosso instituto. Queremos apagar, de uma vez por todas, a tragédia que aconteceu em 1997, mas parece que os pensadores deste governo querem fazer voltar isso. Parece que tem gente, em nosso governo, que tem vontade de errar, não tem vontade de acertar. Não chamaram ninguém para combinar conosco, não conversaram conosco. O mínimo de respeito que gostaríamos de ter, nobre líder, é sermos chamados para nos informarem o que está para acontecer. Agora, não podemos, como entidade de classe e representante de classe, ter uma informação de que vão mexer, que virtualmente, contabilmente ou não, em nosso instituto pela Rádio Itatiaia.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Só quero deixar bem claro que é necessário, sim, melhorarmos o diálogo. Acho isso importante. O diálogo vem sendo feito, mas talvez ainda seja insuficiente.

Em relação ao Instituto de Previdência Social Militar, é bom a gente ter claro que o contingenciamento não é, em hipótese nenhuma, o não repasse, neste momento, dos recursos, mas eles têm de ser repassados obrigatoriamente – e não é a primeira vez. V. Exa. está manifestando aqui, mas tem deputado que era do governo nos anos anteriores e não se manifestou. Então, vejo coerência de V. Exa. O mesmo posicionamento que tinha no passado tem atualmente.

Por exemplo, em 2012 foram contingenciados 14,14% do Instituto de Previdência dos Servidores Militares, e só ouvimos aqui a sua voz, não ouvimos as outras vozes. Em 2014, pasme, o contingenciamento foi de 60,44%. Em 2015 houve contingenciamento. Em 2015 o governo repôs o contingenciamento anterior, e o contingenciamento foi de 30,94%; e agora, de 36,78%. Mas isso não implica que não haverá pagamento de pensões e aposentadorias. Elas são mantidas em dia.

Então acho que existe um discurso superficial em que temos de nos aprofundar. A crise é uma crise real que estamos vivendo no momento. E existe um discurso, que não é o de V. Exa., oportunista, porque não era feito no passado. Por que, em 2014, as mesmas vozes não se levantaram contra o sucateamento do sistema de defesa social, enquanto os servidores não tinham aumento nem reajuste, inclusive os do socioeducativo? V. Exa. não, tem agora o mesmo posicionamento do passado.

Então só gostaria de dizer que, em 2014, os governos Anastasia e Alberto Pinto Coelho fizeram, no Instituto de Previdência dos Militares, um contingenciamento de 60,44%, bem menor do que agora. Só para remontar, essa história do Instituto de Previdência é mais antiga do que estamos vivendo no momento. E, em 2014, não havia essa crise que há hoje.



O deputado Cabo Júlio* – Quero deixar claro, agora como representante de classe, e não apenas como parlamentar, que não aceitaremos. A palavra é essa, mesmo, não aceitaremos que retirem qualquer direito dos nossos reformados, dos nossos pensionistas. Não aceitaremos, senhores e senhoras, que haja atraso em qualquer benefício. Sabe qual é o quadro hoje, deputado Durval Ângelo? Se está sobrando dinheiro lá, não sei onde ele está, porque o IPISM hoje paga aos seus fornecedores com um mês de atraso. Os fornecedores que servem à Polícia Militar – os médicos, os hospitais – recebem um mês atrasado. Então se há lá dinheiro sobrando, paguem em dia ao nosso fornecedor, não paguem atrasado. É o que está acontecendo, e é lamentável. Não aceitaremos que mexam no nosso IPISM, não aceitaremos que tirem qualquer benefício ou auxílio da nossa turma, porque, se isso acontecer – e vejo o Cb. Coelho, presidente do Clube dos Cabos e Soldados –, queridos deputados, vamos mudar de estado, porque a tragédia acontecerá aqui. Rolará sangue. E aí preciso concordar que conseguiram mexer numa coisa que une até aqueles que são desiguais na Polícia Militar, até aqueles que têm pensamentos diferentes. O IPISM é nosso, não abrimos mão e não permitiremos isso. Essa é a minha primeira fala.

A minha segunda fala nesta tarde é sobre a reforma, que conhecemos pelos jornais. Outro dia ouvi uma fala do nosso líder, deputado Durval Ângelo, posicionando-se no jornal *Estado de Minas*, dizendo que não fomos consultados, que a Assembleia não foi chamada para essa discussão. Podem ficar tranquilos que essa reforma vem para cá. A Assembleia tem o poder de aprová-la totalmente, parcialmente, modificá-la ou não votá-la, porque não aceitaremos algumas coisas. Por exemplo, não permitiremos essa história de levar o socioeducativo para os direitos humanos. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. A reforma é para economizar dinheiro, e é preciso economizar para o salário voltar a ser pago em dia. Mas fazer coisas mirabolantes, misturar alhos com bugalhos, podem ter certeza de que não permitiremos.

Deputado Gustavo, os Gustavos, o que mais me deixa louco é o seguinte: sabem quantas vezes a bancada do PMDB foi chamada a opinar sobre a reforma administrativa? Nenhuma. Sabem quantas vezes os nossos secretários do PMDB foram chamados para opinar sobre a reforma? Nenhuma. Queria que o nosso governo fizesse de tudo para dar certo, mas por que fazem questão de fazer tudo errado?

Ora, algumas secretarias do PMDB vão ser modificadas, mas as pessoas que lidam na área não estão sabendo. Será que a Assembleia Legislativa vai ficar sabendo da reforma só quando ela chegar aqui? O governo deveria chamar as bancadas do PT, do PMDB, do PR e da base do governo e falar: “Olha, esse é o norte da reforma. Preparem-se, pois vamos discutir e é isso que vai mudar”. Mas não sabemos de nada. Não dá. Não dá para ser parceiro desse jeito. Estamos aqui brigando, lutando, mas não podemos ser o marido traído.

O deputado Iran Barbosa (em aparte)* – Cabo Júlio, concordo. Acho que o momento pelo qual Minas Gerais passa atualmente exige reforma de grande peso. Minas Gerais terá um déficit de R\$9.000.000.000,00. Falava com as pessoas, e muita gente não entendia o que significavam R\$9.000.000.000,00. Não é uma questão de recursos. Significa que, se você fechasse a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas, demitisse todos os deputados, desembargadores, juízes, todos os seus assessores e todos os funcionários concursados e parasse de pagar todos os aposentados desses Poderes, teria economizado metade do que precisa para cobrir o rombo de R\$9.000.000.000,00. Essa é a situação de Minas Gerais.

Em qualquer proposta que tenha sido feita, o número de R\$2.000.000.000,00 pode até ser um bom número, mas a grande verdade é que, se você for conversar com qualquer deputado desta Casa, ninguém sabe que reforma é essa. E esse é o grande problema. No governo de Minas, o que mais há é lugar onde cortar. Isso já foi proposto várias vezes. E há lugar onde arrecadar também. No ano passado, falei que só o aumento do ICMS não seria suficiente e que poderíamos ter votado a tributação do nióbio, que teria dado ao governo de Minas Gerais uma folha salarial a mais, cuja arrecadação aconteceria em janeiro. Provavelmente não teríamos tido parcelamento de salário nem atraso no início do ano se aquela emenda não tivesse sido vetada.



Muito tem que se discutir com a base do governo, porque muito precisa ser feito. Essas coisas precisam ser feitas, principalmente com diálogo. A Assembleia Legislativa precisa rever todas essas questões e, para isso, precisa ser consultada, caro deputado.

O deputado Cabo Júlio* – Obrigado, deputado Iran. Para a gente ter ideia das coisas que estão acontecendo, estão cortando R\$70.000.000,00 no custeio da Polícia Militar. Sabe o que isso significa? Que a Polícia Militar só vai funcionar até junho. Depois disso ela não funciona mais. Existe uma lógica que não consigo entender. Cortamos R\$70.000.000,00... (- Manifestação nas galerias.)

Gente, na hora em que a reforma chegar aqui, o pau vai quebrar. Podem ficar tranquilos. Fiquem tranquilos porque, quando a reforma chegar, o pau vai quebrar.

O que não consigo entender é que, ao mesmo tempo em que cortamos R\$70.000.000,00 no custeio da Polícia Militar, e o custeio é gasolina, é viatura, estão lá R\$70.000.000,00, o governo libera R\$10.000.000,00 de asfalto para Ribeirão das Neves. Gente, não dá. Aí é brincar com a gente. Aí não dá. Temos de ver o que é mais importante: fazer asfalto ou parar o funcionamento da Polícia Militar?

Acho que o governo precisa conversar melhor com a sua base. O governo precisa se entender primeiro com sua base porque, se a base for areia movediça, vamos ter problema. Hoje a Assembleia Legislativa votou tudo que o governo mandou para cá graças a três entes: o presidente da Assembleia, que tem queimado toda a sua gordura; o deputado Durval Ângelo, que está aqui há vários mandatos, conhece todo mundo e tem usado sua credibilidade para fazer as coisas funcionarem; e o terceiro, a oposição, que tem sido benevolente nessas discussões. Se não fosse isso, tudo já teria parado. Então acho que a gordura vai acabar.

Eu falei ao deputado Durval: “V. Exa. é o nosso líder, e a Assembleia está negociando em razão da credibilidade que V. Exa. tem junto a seus colegas, mas vai entrar em colapso, porque não vai dar mais”. Não consigo entender a Assembleia Legislativa ter notícia de alguma coisa que vai votar pelo jornal. Gente, que falta de respeito é essa?

Para terminar e conceder aparte a V. Exa., digo: se mexer no IPSM, vai ter morte neste estado. Vai haver tragédia aqui. Alguém falou isso em 1997, ninguém deu ouvido, e perdemos um colega. Se mexerem no IPSM, haverá tragédia neste estado.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Cabo Júlio, mais cedo que eu pensava, nossa minoria está se tornando maioria. Faço aqui uma questão de ordem ao presidente Adalclever Lopes. V. Exa. leve recado a ele para que possa providenciar, já na próxima semana, mudança de onde está hoje a Maioria para nosso escritório, que é menor, da Minoria, porque não temos como comportar, em nossa mesa de reunião, além do nosso bloco já de vinte e poucos parlamentares, mais a bancada do nosso PMDB, que já está fazendo coro conosco. Pediria ao presidente que agilizasse isso ainda durante este final de semana para que pudéssemos adentrar a nova semana já em outro local.

Parabéns. Seja bem-vindo o PMDB, a voz daqueles que defendem o mineiro, a voz da oposição.

O deputado Cabo Júlio* – Aqui estou defendendo os interesses da minha classe. Quem me colocou aqui foi a minha classe, a classe da segurança. Não posso ter compromisso com o governo, tendo descompromisso com a minha classe. Para terminar, repito, se mexerem com o IPSM, como querem mexer, veremos sangue rolando em Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* – Muito boa tarde, Sr. Presidente e querido colega Hely Tarquínio. Boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes. Boa tarde público presente nas galerias, que têm o nosso respeito e o eterno compromisso deste parlamentar com as questões de interesse do Estado de Minas Gerais.

Queria trazer à tribuna um assunto que muito me preocupa, que é a mobilidade urbana em nossa capital. Hoje de manhã, eu passava pela região do Belvedere, próximo ao BH Shopping, e levei 40 minutos para andar menos de um quilômetro numa região talvez das mais caras e valorizadas de Belo Horizonte. Ali infelizmente não se anda. Belo Horizonte



tem hoje problemas graves em sua mobilidade urbana. Belo Horizonte tem problemas graves na locomoção de seus cidadãos pela cidade.

E esse problema não ocorre só na região do Belvedere, próximo ao trevo conhecido como trevo do BH Shopping, uma obra que foi realizada há 43 anos. De lá para cá, nada mais foi feito na cidade. Deixaram crescer o BH Shopping. Permitiram que ele se expandisse, que fizessem mais 5 mil vagas de estacionamento, que fizessem mais dois, três pavimentos, e a contrapartida foi mínima para a cidade de Belo Horizonte. Permitiram o adensamento de toda a Vila da Serra. Mais de sete mil apartamentos estão sendo construídos, deputado Dilzon, naquela região. O máximo que fizeram, em contrapartida, foi uma viela que chamam de Trincheira do Belvedere. Aquilo está muito longe de ser a solução dos problemas da mobilidade urbana da região. Muito me preocupa, como morador de Belo Horizonte, como político eleito majoritariamente na cidade, deputado Gustavo Valadares, a questão da mobilidade urbana em nosso município. Ou fazemos um pacto envolvendo governo municipal, prefeituras vizinhas, governo do Estado e governo federal, ou a cidade de Belo Horizonte vai parar em muito pouco tempo.

Essa questão do Belvedere não é uma questão isolada. Posso lembrar aqui muito bem a minha querida Praça São Vicente. Tenho escritório a poucos metros dali. Sou majoritariamente votado na cidade de Belo Horizonte. Aquele é um gargalo. Todos os dias, às 8 horas da manhã, a nossa população demora 1 hora, 1h20min para atravessar a Praça São Vicente. Nem com todas as bênçãos de São Vicente é possível resolver aquela questão. Quero cobrar um compromisso coletivo para a região, um compromisso suprapartidário. Lembro-me, deputado Durval Ângelo, de que a obra da Praça São Vicente foi votada nos últimos seis meses do então prefeito Fernando Pimentel. Hoje peço a ajuda do governador Fernando Pimentel, que fez aquela votação no Orçamento Participativo, para que essa obra saia do papel, junto com o prefeito Márcio Lacerda, cujo governo foi de oito anos, junto com a presidente Dilma, que já está no seu sexto ano de mandato. Vamos todos juntos.

E aqui eu digo isso, não de maneira partidária, como crítica a A ou a B. Gostaria de pedir, Sr. Presidente, que fosse respeitado meu direito à fala.

Com todo o respeito, respeito o direito à manifestação, mas o assunto que me traz aqui é de interesse de milhares de pessoas que vivem nesta cidade, daqueles que me elegeram tão democraticamente. Gostaria de pedir que fosse respeitada minha fala e que fosse recomposto meu tempo para que eu pudesse, em respeito àqueles que me elegeram e que me deram 32 mil votos na cidade de Belo Horizonte, trazer essa questão. A democracia é falar e ouvir. No momento, estou falando, escutem-me, depois vocês serão ouvidos, certamente.

Presidente, não vou falar se eu não tiver minha fala preservada.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Solicito às pessoas da plateia que se mantenham com disciplina para ouvir as ideias, os comentários e a fala do deputado, que é importante. É muito importante o diálogo, mas tem de haver disciplina. Pediria um pouco de respeito ao deputado na tribuna. (– Manifestação nas galerias.) A democracia exige liberdade conjugada com responsabilidade. Eu pediria responsabilidade a vocês. Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, democracia diverge de anarquia. Não vou falar se eu não tiver condições.

O presidente – Pedimos às pessoas que não confundam liberdade com libertinagem, do contrário vamos tomar outras atitudes disciplinares.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, eu gostaria de pedir que fosse respeitada minha fala.

O presidente – Já estamos descontando o tempo e, dessa forma, vamos suspender a reunião. Gostaria que vocês estivessem dispostos a nos ouvir, e isso é o mínimo que podemos pedir para pessoas civilizadas, mas, se não estiverem, vamos suspender a fala do deputado, suspender a reunião por alguns minutos, até que vocês reflitam sobre o assunto.

Vamos tentar, para ver se vai dar certo. Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, eu gostaria de pedir... (– Manifestação nas galerias.)

O presidente – A reunião está suspensa por alguns minutos por indisciplina da plateia.

O deputado João Vítor Xavier* – Presidente, peça a segurança para intervir nessa questão.

O presidente – Se continuar desse jeito, vamos pedir ao policial legislativo para comparecer, para ficar aí perto para saber quem está badernando a reunião.

Vamos acalmar os ânimos. Com a palavra, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier* – O meu respeito a todos os funcionários públicos aqui presentes, que estão se comportando de maneira muito respeitosa, de acordo com o que diz o regimento da Casa e as regras democráticas. Democracia é diferente de anarquia. Democracia pressupõe você ter o direito a se expressar, mas, de acordo com regras previamente estabelecidas.

Antes de conceder aparte aos deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, que aqui se posicionam para se manifestar, gostaria de dizer que temos um problema gravíssimo de mobilidade urbana na nossa cidade e precisamos da unidade desta Assembleia, de todos os partidos da base do governo do Estado, da oposição, e do governo federal, para que esse problema seja resolvido de maneira breve. Posso citar aqui, além da trincheira do Belvedere, além do trevo do BH Shopping, além da Praça São Vicente, de que já falei bastante, o cruzamento da Avenida Abílio Machado com a Heráclito Mourão de Miranda, na saída para Contagem, podemos citar a chegada pela Pedro I até o vertedouro da Pampulha, em que se gasta uma eternidade para se atravessar, entre vários problemas da cidade de Belo Horizonte.

Deputado Gustavo Corrêa, ou a cidade de Belo Horizonte começa a fazer as obras de infraestrutura que aqui estão atrasadas há décadas, ou essa cidade não vai andar mais, dentro de pouco tempo.

Estive no Rio de Janeiro há poucos dias. Sabem qual é a reclamação dos taxistas de lá? Que a cidade tem obra demais. Por que uma cidade como o Rio tem obras demais e a nossa tem de menos? Será que o belo-horizontino tem obrigação de continuar subsidiando obras de outras cidades ou Estados? Será que não merecemos um pouquinho de retorno? Queremos o Anel Rodoviário, que foi exaustivamente prometido pela presidenta; queremos as obras do metrô, que foram exaustivamente prometidas pela presidenta; queremos obras na Raja Gabaglia com Barão Homem de Melo; queremos solução para o trânsito do Belvedere, do Alípio de Melo, na Praça São Vicente; queremos solução para a região da Pampulha, no vertedouro com a Pedro I; queremos solução para a Zona Norte de Belo Horizonte, para a Cristiano Machado, na Linha Verde, em frente à universidade e à nova catedral. Para passar pelo sinal que fica ali, gastamos até 20 minutos às vezes. A cidade está parando. Ou fazemos um pacto pela mobilidade urbana em Belo Horizonte, com investimentos e planejamento, pois só isso pode resolver o problema – planejar as obras adequadas e colocar dinheiro –, ou a cidade vai parar.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) – Deputado João Vítor, parabeno-o pelo pronunciamento. V. Exa. se preocupa com esta capital há alguns anos, inicialmente como vereador e, agora, há duas legislaturas nesta Casa., V. Exa. não esquece os compromissos com seus eleitores da capital. Sou testemunha de uma divulgação que fez há alguns anos em relação ao metrô. Faço das suas as minhas palavras.

Da mesma forma que outros parlamentares, moro no Bairro Belvedere. O problema no trevo do BH Shopping não é esporádico, ocorre todos os dias, na parte da manhã e no final da tarde. Sempre digo que sou um defensor do desenvolvimento. Não podemos, de forma alguma, impedir o crescimento, que faz parte sobretudo das grandes capitais, mas devemos impor aos empreendedores e àqueles que pretendem fazer negócios algumas contrapartidas para aprimorar e melhorar sobretudo o trânsito. Já passou da hora de o trevo do Belvedere ser feito. V. Exa. acabou de citar o problema da Raja Gabaglia com Barão Homem de Melo, que precisa de um viaduto urgentemente.

Como V. Exa. bem disse, todas as capitais do País estão recebendo recursos do governo federal para obras de mobilidade urbana. Infelizmente, nossa capital não realiza uma grande obra dessa natureza há milhares e milhares de anos. Não sei se por má vontade dos governos federais ou por incompetência dos governos municipais. Prefiro imaginar que seja um problema do governo federal porque o presidente Lula, na época em que eu era secretário de Esportes, prometeu metrô para



nossa capital e não o fez. A presidenta Dilma agiu da mesma forma com o Anel Rodoviário. Como belo-horizontino e mineiro, quero cobrar do governo federal que olhe de forma responsável e sobretudo justa para Belo Horizonte, de modo que tenha as obras necessárias. V. Exa. disse muito que, se não ocorrerem várias intervenções nos próximos anos, a nossa capital vai parar. Andar de carro ou algum meio de transporte coletivo será inviável. Parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento e sobretudo pela citação de outras obras que precisam ser realizadas.

O deputado João Vítor Xavier* – Obrigado, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Vítor, serei breve. Estou recebendo convite da Comissão Extraordinária das Barragens, que está se reunindo agora, salvo engano no teatro desta Casa, e vou para lá. Mas gostaria de parabenizar V. Exa. por trazer um assunto tão importante como a mobilidade urbana na nossa capital. As últimas grandes obras de intervenção em Belo Horizonte foram feitas com dinheiro do governo do Estado na época do governo do PSDB: Linha Verde, duplicação da Avenida Antônio Carlos. Até a própria pequena alça ou trincheira da MG-30, entre Nova Lima e Belo Horizonte, contou com a ajuda e o auxílio do governo do Estado.

O deputado João Vítor Xavier* – Abertura da Pedro II.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Abertura da Pedro I. Tudo isso com dinheiro, à época, do governo do PSDB. Pimentel nem uma pedra de calçamento, um paralelepípedo que fosse, um pé de moleque, como é chamado popularmente, colocou em alguma rua de Belo Horizonte.

Mais do que isso, faça-lhe uma sugestão. Como pré-candidato a prefeito de Belo Horizonte, que V. Exa. defenda que a BHTrans seja verdadeiramente uma companhia de engenharia de tráfego. Ela já não pode multar, pois a Justiça já definiu que ela não tem competência para multar o motorista. Então, tem de se transformar verdadeiramente numa companhia de engenharia de tráfego, numa companhia para pensar soluções para o trânsito de Belo Horizonte, até mesmo nos paliativos.

V. Exa. conhece o Rio de Janeiro, esteve lá recentemente, teve notícias, durante o carnaval com sua família – nada mais justo. De segunda a sexta feira, lá, eles modificam o trânsito conforme a quantidade de veículos que vão de manhã cedo para o centro e à noite voltando para os bairros. Por que não a BHTrans se utilizar desse artifício para diminuir o sofrimento de quem usa as grandes vias em Belo Horizonte durante os horários de *rush* pela manhã e à noite? Que V. Exa. contemple isso no seu programa de governo. Parabéns por trazer esse importante tema à nossa Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O deputado João Vítor Xavier* – V. Exa. será convidado para a construção desse projeto, como todos os belo-horizontinos, até porque acreditamos numa cidade que ouça as pessoas e que dialogue. Governar é, acima de tudo, dialogar, ouvir a população, ouvir os seres políticos, porque a política democrática pressupõe a necessidade de políticos. Vivemos numa democracia, e não numa tecnocracia. É importante que quem é eleito e representa a vontade da maioria valorize, respeite e ouça essas pessoas.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado João Vítor, cada dia mais vemos a sua competência, a sua inteligência, o seu amor pelo povo de Belo Horizonte. Tenho, a cada dia, visto o seu comportamento e aprendido a admirá-lo. Vemos que o senhor conhece bem Belo Horizonte, está preparado para propor soluções.

Nessa questão do metrô, não falo do de Caracas ou de outros países em que o ministério do Fernando do PT fez obras com recursos do BNDES. O senhor está vendo que não houve um palmo de obras aqui desde que o PT assumiu o governo do Brasil. Quantas vezes o Anel Rodoviário, a BR-381 tiveram promessas de obras? Tivemos foguete, avião da FAB, enfim, a farra do dinheiro. Se o dinheiro das viagens da Presidência da República e dos ministros estivesse nas suas mãos como prefeito, tenho a certeza de que muitas dessas obras estariam prontas.

Não é só isso, não. O governo passado comprou um tomógrafo para aquela região do Barreiro, onde o senhor é tão conhecido, para o Hospital Júlia Kubitschek. Fui lá em novembro visitá-lo. Havia uma funcionária, Camila, bastante agressiva, defendendo realmente o seu cargo de confiança. Ela tinha picado o chão, dizendo que o tomógrafo estava sendo instalado. Ele está no caixote do mesmo jeito. Governo do PT deixe o povo do Barreiro.



João Vítor, infelizmente, não sou convencional do PSDB, mas tenho a certeza de que ele tem grandes pré-candidatos à prefeitura de Belo Horizonte. O senhor seria um grande prefeito, pois tem conhecimento, amizade, coragem e respeito pelo povo de Belo Horizonte. Muito obrigado.

O deputado João Vítor Xavier* – Muito obrigado, deputado Arlen Santiago, por quem tenho enorme admiração e respeito por sua história nesta Casa.

Trago a V. Exa., que é presidente da Comissão de Saúde, um pedido que ontem recebi de um médico em Belo Horizonte durante a solenidade do Troféu Guará, da Rádio Itatiaia: que faça uma visita ao pronto-socorro de Belo Horizonte, que a comissão esteja lá. A coisa não anda bem lá, e aquela casa santa é fundamental para a nossa cidade.

Aquele minuto que me foi tomado gostaria de concedê-lo ao líder do governo, por quem tenho enorme respeito.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Quero elogiar o pronunciamento de V. Exa. Acho que é coerente com todo o seu trabalho aqui nesta casa, preocupado com propostas. Mas, ao mesmo tempo, é bom fazer esclarecimentos com relação a todo investimento feito pelo governo federal nos últimos oito anos em Belo Horizonte e destacar mais.

Acho que a sua postura de diálogo, de entendimento, mostra que está no caminho certo para buscar soluções e mostrando o que não foi feito, nos últimos oito anos, em Belo Horizonte, pois ainda enganam muita gente, dando a impressão de que aqui é a cidade ideal, mas não é, apesar de toda propaganda do governo municipal.

O deputado João Vítor Xavier* – Para encerrar, Sr. Presidente, quero agradecer o aparte de todos os companheiros. Quero dizer que, de maneira alguma, pretendemos partidizar essa discussão até porque acredito, tenho convicção pessoal e política, que as questões só são resolvidas quando as questões partidárias ficam em segundo plano e as questões sociais são colocadas como prioridade. Apenas com um grande pacto pela mobilidade urbana, envolvendo governo federal, governo do Estado e governo municipal, poderemos resolver esse caos que é a mobilidade urbana em Belo Horizonte. Ou Belo Horizonte acorda e faz as obras necessárias, ou a nossa cidade vai parar. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dilzon Melo* – Obrigado, presidente. V. Exa. é sempre cavalheiro e muito cordial. Boa tarde, amigos, boa tarde, imprensa. Hoje queria dizer da minha alegria. Há muito tempo não tenho alegria neste Plenário. Hoje fiquei imensamente feliz, porque nos meus quase 30 anos de Assembleia nunca esperei ter alguma alegria com o PMDB, que sempre ficou em cima do muro, sempre foi oportunista, sempre apoiou o governo. Mas hoje meu fraterno amigo deputado Cabo Júlio me deu a alegria de dizer que eles estão acordando, começaram a acordar para esse desgoverno que há em Minas Gerais e ver que embarcaram em barca furada. Pelo menos, essas pessoas que são defensoras, como o Cabo Júlio, da sua classe estão aqui manifestando seu desagrado em relação a esse governo, que na sua campanha eleitoral colocou o adágio de ouvir o povo para administrar melhor. Ele veio aqui demonstrar exatamente o contrário, que isso é mais uma mentira. Diz que não se ouve nada, que é aquele grupo de meia dúzia que faz o que vem à cabeça e que define o desgoverno de Minas.

Quero dizer que estou muito feliz, porque a oposição, embora com 20, 22, tem lugar ainda para brigar, com o PMDB e outros tantos conscientes de que devem fazer força para defender Minas melhor. O deputado Cabo Júlio está defendendo sua categoria, é bem verdade, mas defendendo também os interesses de Minas.

Tinha feito aqui uma proposta de não oferecer mais subsídios ao governo e nem dar mais conselho, se é que podemos dar algum, mas o líder do governo, meu amigo Durval Ângelo, que é consciente, companheiro, inteligente, estudioso, sempre pede aos companheiros, mesmo de oposição, que apresentem sugestões para que o governo possa fazer melhor. Ele tem essa humildade de pedir isso. Só que estamos diante de um governo que ouve, mas não escuta. Quando se ouve sem escutar, não se coloca em prática aquilo de bom que possa ter ouvido.

Queria dar mais um conselho, se é que posso. Fiz algumas reuniões em Boa Esperança com um grupo de professoras que estavam contratadas pela Lei nº 100 e que hoje estão tremendamente prejudicadas pelo não cumprimento das propostas feitas pelo governo no ano passado. Isso se refere ao não aproveitamento dessas professoras que já tinham 7, 8, 10, 12 anos



de um contrato que não foi renovado. Eu quero explicar o porquê disso. O governo, a bem da verdade, está convocando os que passaram no concurso. Ele está cumprindo o compromisso que fez de, pelo menos, convocar 1.500 profissionais por mês, aprovados no concurso. Isso eu devo reconhecer, parabéns! Se foi um compromisso, ele tem de cumprir.

Como dizia meu velho pai, falecido, ninguém é obrigado a tratar, só é obrigado a cumprir. O governo está cumprindo esse compromisso de levar aqueles que passaram em concurso. Atrás disso, ele está cometendo uma grande injustiça, porque, indo na contramão, o governo federal, por meio das empresas, para que não haja demissão, desemprego, está propondo uma redução de carga horária de 30%. O governo banca metade, e a empresa aguenta a outra metade. Para quê? Para que não haja desemprego, para que todos tenham a grande oportunidade de levar, com dignidade, o pão de cada dia a sua família. Mas aqui em Minas está acontecendo o contrário? Por quê? Porque, à medida que eles privilegiam os que já estão concursados, eles têm direito de novas postulações acima das dos que estavam contratados. Está indo na contramão, tirando oportunidade de outros trabalharem. Alguém vai ganhar mais? Vai, porque vai duplicar o trabalho, vai ter duas funções, duas atuações como professor. Mas está tirando o direito de renovar um contrato dos que há 10, 15 anos estavam contratados, pelo menos, por mais um ano. Acho que isso não é justo. É preferível, neste momento, dividir o pão para que todos comam menos do que deixar um comer muito mais e os outros passarem dificuldades, que é o que está acontecendo.

Gostaria que o governo tivesse a consciência de que, neste momento, o desemprego já está atingindo 9,5%. Minas tem batido recorde de desemprego. A perspectiva é de chegarmos em maio, junho, com 13%. Quem passa por essa dificuldade sabe o que isso representa. No passado, em 1991, na época do Collor, tivemos uma grande massa de desempregados que ele colocou como fiscais do governo. O que aconteceu? Saques e mais saques, roubalheira desenfreada, muito mais do que agora. Pais de família que têm uma formação, que queriam trabalhar não tinham condições. Estamos voltando a esse tempo, voltando agora a um desemprego que não deixa margem de atuação do pai ou da mãe de família. Aqueles que são dignos e querem manter sua dignidade, levando o pão de cada dia, não têm oportunidade.

É bom que ele repense todo esse processo. Dentro desse processo, meu amigo Durval Ângelo, está a ideia de que podemos salvar a Iveco em Sete Lagoas. A Iveco lançou, dois anos atrás, o plano de subsídio de descontar na produção os créditos de ICMS do café para manter os empregos. O governo agora, com Fernando Pimentel, cortou definitivamente esse programa. Então, não está trocando. O governo deixa de arrecadar? Deixa. Mas a Iveco está fechando, está mandando os empregados embora. Ele podia reabrir esse programa, o que, pelo menos, manteria, por determinado tempo, o número de empregados.

Segundo, meu amigo Durval, vou pedir a V. Exa., como líder, que olhe novamente aquele compromisso que assumimos no ano passado dos certificados da educação e da saúde. Fiz aqui uma queixa de que, em Varginha, tanto o superintendente da saúde quanto o da educação não são certificados – eles estão respondendo pela atividade, mas não são certificados. V. Exa. me disse, naquela época, que o governo estava estudando ou nova certificação ou novo critério para a nomeação desses cargos, o que não aconteceu até hoje. É uma situação insustentável, porque não se renovou a certificação. Embora eu deva fazer justiça... Não que as pessoas em Varginha não estejam respondendo à altura. Tenho de ser muito justo com eles. Não sei de quem foi a indicação, se foi da deputada Geisa ou de quem quer que seja, mas eles estão respondendo à altura. O que queremos fazer é justiça quanto ao processo.

Ou acaba-se com a certificação, voltando com a indicação política, ou vamos dar ênfase à valorização dos profissionais graduados.

Quero dizer que V. Exa., daqui para frente, vai ter dificuldade maior porque administrar o PMDB insatisfeito, da forma como está, vai ser muito difícil. V. Exa., como bom líder, como bom companheiro, vai rebolar para fazer o PMDB entender que este governo tem algum futuro. Que Deus o abençoe nessa jornada!

* – Sem revisão do orador.



O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia; quero cumprimentar os nossos visitantes nas galerias e, mais uma vez, cumprimentar o Sindpúblicos, cuja direção e filiados nos honram com a presença. Da mesma forma, hipotecamos apoio a sua causa, entendendo que a subsecretaria que trata da custódia dos adolescentes em hipótese alguma pode ser levada para a Secretaria de Direitos Humanos. Isso é uma forma de não acabar com a secretaria dos companheiros, porque lá está o companheiro Nilmário Miranda. E essa é uma das secretarias que o governo precisa extinguir, a essa extinção sou favorável, assim como a de outras entre as três secretarias criadas.

Quero cumprimentar também o cabo Álvaro Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados, que se faz presente nas galerias.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer a discussão dessa matéria. É uma tristeza ter de votar essa matéria como o governo enviou. O governador Fernando Pimentel vem tentando impor uma farsa aos soldados da Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar, dizendo que, para que haja as promoções por tempo de serviço, é necessário aprovar o Projeto de Lei nº 3.173.

Quero afirmar a todos os policiais e bombeiros militares, principalmente aos 2 mil soldados, a respeito da não promoção de vocês no dia 11 de fevereiro. E aqui deixo um recado claro ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais. Diferentemente do que o senhor disse ontem na reunião com as entidades de classe – não ataco sua pessoa –, os atos do comandante-geral são objeto de fiscalização deste Poder, e disso este deputado não abrirá mão. Não estou aqui para atacar a pessoa de V. Sa., mas para dizer que o senhor foi mal assessorado sobre essa questão.

Os soldados deveriam ter sido promovidos desde o dia 11 de fevereiro, e o senhor está incorrendo em crime por não ter feito a promoção. Na condição de comandante, o senhor deve obediência à lei – nesse caso, refiro-me à Lei Complementar nº 125. Desafio qualquer deputado desta Casa – da base de governo, do núcleo duro da base, os líderes e os vice-líderes – a, desta tribuna, dar uma interpretação diferente daquela que está no art. 214 da Lei Complementar nº 125. A única promoção na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar para a qual não se requer alteração na lei de efetivo é a de soldado a cabo. Fizemos questão de colocar aqui, de um lado e do outro, faixas com os dizeres do art. 8º do Decreto de Lei nº 46.298/2013, que veio regulamentar a Lei Complementar nº 125, de 2012. Não podemos permitir que os policiais e bombeiros sejam enganados, e faço questão de fazer a leitura do art. 8º dessa lei: “O soldado de 1ª Classe candidato à promoção por tempo de serviço deverá satisfazer as condições para promoção na data em que completar oito anos de efetivo serviço”. Vou repetir para o comandante-geral da Polícia Militar: “na data em que completar oito anos de efetivo serviço”. Mas continua a lei: “A promoção à graduação de cabo, por tempo de serviço, independe de vaga e frequência de curso específico”.

Sabemos, comandante-geral, que o senhor foi assessorado por um major que é seu assessor imediato, mas esse moço acabou botando o senhor em uma fria. O senhor deveria promover os soldados a cabo, em um ato publicado no Boletim Geral da Polícia Militar, imediatamente. Eu disse ontem às entidades de classe da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, aos presidentes da Ascobom; do Centro Social dos Cabos e Soldados, o amigo cabo Coelho, que está presente; e da Aspra, o Sgt. Bahia: os senhores estão atrasados para impetrar uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada para exigir a promoção por tempo de serviço. Outro dos pedidos que os advogados das associações devem fazer é o de indenização pelo dano moral causado pelo Estado, com a não promoção dos 2 mil soldados a cabo no dia 11 de fevereiro.

Mas por que o governo diz que precisa aprovar um projeto de lei para promover os soldados a cabo? É muito simples: até o presente momento, o governo de Fernando Pimentel, do PT, não trouxe nenhuma notícia boa para a área da segurança pública. Pelo contrário, até o presente momento só trouxe notícias ruins. Então, é muito fácil. Vamos dizer que precisamos aprovar o projeto de lei para fazer um ato público e promover os 2 mil soldados a cabo. Ora, nos governos passados, no governo Aécio, foi aprovada a Lei Complementar nº 74, publicada no diário oficial do dia 9/1/2004.

Sabem quantos soldados foram promovidos a cabo em um único ato? Oito mil soldados. Eu estava naquele dia, 2/4/2004, no Mineirinho, assistindo e pregando a divisa daqueles valorosos cabos que estavam recebendo naquele momento.



Oito mil soldados promovidos a cabo em um único ato. Qual é a lei de efetivos que estava em vigor? A Lei nº 14.445, de 26/11/2002, aprovada no governo Itamar Franco. Pergunta-se: precisou alterar a lei de efetivos? Não. O que o governo faz neste momento é uma farsa, e não vamos admitir. Votaremos favoravelmente porque assim, a pedido do meu líder, deputado Gustavo Corrêa: “Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. conhece essa matéria melhor que os demais deputados da oposição. Como vamos votar essa matéria?”. Vamos votar favoravelmente, mas que o governo está enganando a tropa, está enganando.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, faço este aparte por profundo respeito e consideração ao seu trabalho nesta Assembleia. Não preciso dizer que V. Exa. sabe que é real, que é concreto e é efetivo, mas gostaria de dizer o seguinte: tive uma preocupação quando essa discussão foi feita aqui, e desde 2002, governo Aécio Neves, que votamos aqui e fixamos o efetivo, até no tocante à questão das promoções. Não houve nenhum discurso, nem de V. Exa., em momento anterior, nem parecer jurídico que dissesse que não se precisava de uma lei. Nenhum momento. No caso da lei complementar, a que também eu votei favoravelmente, que foi discutida numa audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, assim como em outras comissões, inclusive a de Segurança da Assembleia, não se faziam discussões de requerimento de V. Exa.; a Comissão de Direitos Humanos fazia. Não tivemos nenhum discurso dizendo que era desnecessária a lei. Agora fizemos uma consulta à Advocacia-Geral do Estado, que diz que se precisa da lei porque se está mudando quadro de efetivos ao promover, o que implica também despesa. Quanto às promoções dos 8 mil soldados a cabo tínhamos uma lei complementar que dava guarida a isso.

Quero deixar bem claro que o comandante da Polícia Militar, zeloso, está cumprindo o que o setor jurídico do governo indicou. Em momento nenhum – e V. Exa. pode verificar em anos anteriores a lei que estabelece, que fixa efetivo de forma quadrienal da Polícia Militar – não tivemos nenhum depoimento, nenhuma intervenção dizendo que era desnecessário, nem de V. Exa.

Então acho que é o zelo para que não haja questionamento jurídico de que esse efetivo seja estabelecido em lei. Acredito que, se fosse uma lei especial de promoção, como a lei complementar, sim, porque a lei já estava implicando e criando esse efetivo com as promoções do cabo. Então é só isso que acho, é o zelo do governo.

Agradeço a compreensão de V. Exa. e a compreensão da oposição para que a gente possa votar esse projeto hoje, em 1º turno, e amanhã, em 2º turno, trazendo a paz para 2 mil famílias de policiais que aguardam a promoção.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço o aparte do líder do governo, deputado Durval Ângelo. Compreendo a sua situação, deputado Durval Ângelo. Somos colegas deputados aqui há 18 anos. V. Exa. tem um mandato a mais neste parlamento. Entendo a sua posição, que é de governo. Obviamente defender a posição do comandante-geral e do governo é papel de V. Exa., que o exerce com brilhantismo nesta Casa, é bom deixar isso claro. Agora, permita-me a modéstia, deputado Durval Ângelo, é uma matéria que dominamos, é matéria a que nos dedicamos e nos especializamos ao longo do tempo. Não passei cinco anos na cátedra de direito e muito menos mais um ano e meio me especializando em direito público para não estudar uma das matérias mais importantes que há no curso de direito, que se chama hermenêutica, que é a capacidade de interpretar.

Mas quero deixar mais claro que não é só a lei complementar atual, não. Há a Lei Complementar nº 74, publicada no dia 9/1/2004, quando o grande governador deste estado, Aécio Neves, reuniu 8 mil soldados. Em um único ato ele promoveu 8 mil soldados a cabos. Ninguém mexeu na Lei nº 14.445. Então, por mais que o líder de governo venha aqui querer fazer defesa, neste momento, o governo do PT é mais uma vez um engodo e uma farsa das promoções por tempo de serviço. Uma pena que os nossos soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar sejam prejudicados pela sua incompetência.

Faço aqui um desafio aos demais deputados: onde está o requerimento do governo aportando aqui para que o projeto tramitasse em caráter de urgência? Muito engraçado. Todos os projetos que o governo encaminhou a esta Casa, para aumentar aqui o ICMS, vieram em caráter de urgência, deputado João Leite. Quando o governo quis aprovar aqui o projeto do Sisema, que arreventou com os órgãos de fiscalização ambiental do Estado, mandou em regime de urgência.



Olhem, a única forma que tenho de ressaltar aqui é dizer que o comandante-geral da Polícia Militar foi mal assessorado. Vou repetir: Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, o senhor foi mal assessorado. As promoções deveriam ter ocorrido dia 11 de fevereiro. Volto a fazer aqui o desafio a qualquer deputado da base de governo, sejam líderes ou vice-líderes: venham a esta tribuna dizer em qual artigo da Lei Complementar nº 74, de 2004, da Lei Complementar nº 95, de 2007, da Lei Complementar nº 109, de 2009, da Lei Complementar nº 125, de 2012, se faz alguma menção à lei de efetivos. É uma farsa.

Talvez, deputado João Leite, a dor do governo de Fernando Pimentel neste momento é não ter aprovado nenhuma dessas leis. Todas foram aprovadas nos governos Aécio e Anastasia. Todos os grandes direitos, todos os grandes avanços que foram conquistados na área de segurança pública deste estado foram aprovados pelos governos Aécio e Anastasia, inclusive aquele aumento de 101%. Fiz desafio desta tribuna, deputado João Leite, e lá na Comissão de Segurança Pública várias vezes V. Exa. pôde presenciar. Cento e um por cento em quatro anos negociados com o governador Antonio Anastasia.

Sabe ao que assistimos no governo do PT, deputado João Leite? Parcelamento de salários. Agora, o pior... Vou pedir ao serviço de som que fique atento, porque, da última vez, demorou um pouquinho. O serviço de som está atento? Escutem a fala do governador Fernando Pimentel durante a campanha, ao lado do seu vice-líder, falando sobre segurança pública e dizendo que a previdência, que os 30 anos eram intocados. Vejam a fala desse governador. (- Aproxima o celular do microfone.)

Não precisava dizer muito. O vídeo que apresentamos aqui juntamente com o áudio desmontam mais uma vez a farsa de Fernando Pimentel, do PT, e de seus aliados. Desmonta, sim, deputado João Leite, sem sombra de dúvida alguma.

Ontem o secretário de Fernando Pimentel, deputado João Leite, veio a público trazer a seguinte notícia, que é muito dolorosa para todos os policiais e bombeiros militares do Estado. Eles conseguiram, deputado João Leite, incomodar a viúva mais idosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, o coronel mais idoso da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, porque o poderoso secretário de Gestão e Planejamento, Helvécio Magalhães, trouxe a público esta notícia. (- Aproxima o celular do microfone.)

Deputado Gustavo Corrêa, meu líder; deputado João Leite; demais colegas deputados Dilzon Melo, Antônio Carlos Arantes e meu querido e dileto amigo Wander Borges, isso é uma farsa. O governo do PT em Minas Gerais é uma farsa. Fernando Pimentel, durante a campanha – há um vídeo que postaremos –, ao lado do seu vice-líder do PMDB, diz: “Vamos equipar a polícia porque, do jeito que está, morrendo policiais...”. Deputado Dilzon Melo, o secretário Helvécio Magalhães não conhece nem de gestão nem de planejamento, muito menos de índice de criminalidade e violência. Esse moço não sabe que, em 2011, deputado Gustavo Corrêa, foram mortos em serviço, em razão da atividade, 10 profissionais de segurança pública; em 2012 foram 9; em 2013 foram 8; em 2014 foram 7. Portanto vimos numa curva descendente, com o trabalho que estava sendo feito no governo anterior. Em 2015, deputado Dilzon Melo, foram mortos em serviço, em razão da atividade, 13 profissionais da segurança pública. E ele vem dizer que os índices estão baixando. Não entende de planejamento. A única coisa que esse secretário entende é de receber R\$42.600,00 de jetom. E quero alertar os servidores da segurança pública e os demais servidores públicos: o jetom de R\$42.600,00 que Helvécio Magalhães recebe não é parcelado em três vezes, deputado Wander Borges; é pago de uma única e exclusiva vez.

O governador dizendo que equiparia a polícia porque, do jeito que a polícia está, não chegariam aos 30 anos, deputado Gustavo Corrêa, mas anuncia o corte de R\$360.000.000,00. E veio, cara de pau, o incompetente do secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, dizer, deputado Tito Torres, que vai tirar do Instituto de Previdência dos Servidores Militares porque lá tem excesso de orçamento, excesso de arrecadação. Pelo amor de Deus, secretário, não existe excesso de arrecadação em instituto de previdência porque as contribuições são patronais e dos segurados. Mas esse moço parece que está no mundo da lua.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) – Meu caro deputado Sargento Rodrigues, ouvi atentamente o seu pronunciamento e confesso a V. Exa. e aos demais deputados que aqui se encontram que, a cada dia, mais perplexo este parlamentar fica com a tamanha – e vou utilizar uma expressão que não é das melhores, deputado João Leite – cara de pau deste governo.



O governador vai aos órgãos de imprensa, convoca todos os meios de comunicação do nosso estado e do País para anunciar os cortes, em função dos problemas econômicos que o nosso estado vem enfrentando – e quero abrir um parêntese –, problemas esses gerados, sobretudo ou quase que em sua totalidade, pela incompetência e pela forma com que este governo vem conduzindo o nosso estado. O governador cortou nas áreas mais sensíveis da população. Todos nós sabemos – e me causa estranheza a fala do secretário Helvécio Magalhães – que as populações mineira e brasileira, a cada dia, mais assustadas ficam com os índices de violência. E não é, justiça seja feita, por problemas da tropa da Polícia Militar, que é uma tropa qualificada, preparada, mas, sobretudo, pela inoperância da estrutura que a Polícia Militar do nosso estado tem. O governador cortou no custeio. Para o cidadão que não sabe, o custeio é a gasolina para o carro andar, a farda, o armamento. O governador está tirando do povo. Quando deveria cortar o secretariado imenso que fez para ter uma base majoritária nesta Casa, o governador não o faz.

Deputado Sargento Rodrigues e Líder do governo, que se encontra aqui, lancei um desafio e espero que esteja errado: quero ver se, até na semana que vem, o governador encaminha a esta Casa a reforma administrativa da forma como está dizendo. Assim não o fará, e estamos cansados de saber. E o pior, deputado Sargento Rodrigues, é que o governo vem agora dizer que a oposição tentou e atrapalhou a promoção de diversos servidores da Polícia Militar.

V. Exa. escreveu um artigo, e tem publicado e dado publicidade, exatamente contando a farsa. Entretanto, o governo se esquece de dizer que, se tivesse responsabilidade e respeito com a Polícia Militar, tinha encaminhado esse projeto a esta Casa há mais tempo. Se a cúpula da Polícia Militar não teve competência de elaborar o projeto da forma como tinha de ser feito – e quero deixar isso claro, deputado Doutor Jean –, foi porque esse projeto chegou à Casa no dia 4 ou 5 de fevereiro. No dia 17, ele foi publicado, deputado Durval Ângelo. Se pegarem o projeto que foi encaminhado na última semana, quando o discuti, constava a data em que foi publicado no *Minas Gerais*. Quero aqui dizer que, se o governo tivesse interesse, não teria encaminhado uma emenda para cá no dia 17, como encaminhou, porque esta é uma prática deste governo: mandar o projeto de uma forma e terminá-lo de outra.

Presidente, quero dizer exatamente que a oposição apresentou uma emenda, que esperamos seja acolhida, porque, se o governo pode modificar o projeto da forma que chega aqui, a oposição pode apresentar, e é uma das prerrogativas do parlamentar, emendas no decorrer da tramitação da Casa. Mas isso é outra questão que vamos discutir depois, deputado Sargento Rodrigues. Quero dizer que, se o governo tivesse essa preocupação, além de ter encaminhado o projeto anteriormente, teria colocado o regime de urgência, que V. Exa. aqui apresentou. Tenho a certeza de que a oposição faria o seu papel, e aprovaremos aqueles projetos que são bons para Minas Gerais. A oposição está aqui desde a semana passada, e a base governista se ausentou do Plenário, exatamente se furtou dessa responsabilidade e não votou da forma como os mineiros, sobretudo a Polícia Militar, esperavam.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho e dizer que a oposição continua unida, sobretudo ao lado dos mineiros, porque queremos ver este estado crescer e esperamos que essa farsa, que foi a vitória deste governo, seja em breve tirada desse poder.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, quero dizer que, se acharam que iam enganar os soldados da Polícia Militar e os bombeiros, Tito Torres, estamos desmontando a farsa aqui desta tribuna. O desafio continua mantido. Quero ver algum jurista interpretar assim os dispositivos da Lei Complementar nº 125, em seu art. 214, c/c o art. 8º do Decreto nº 46.298, de 2013. Não há absolutamente nenhum dispositivo que remeta à lei de efetivos. Querem dizer que são os donos do palanque da promoção de 2 mil soldados da Casa, mas, enquanto este deputado estiver aqui, não permitiremos farsa.

Quero deixar claro para o comandante-geral da Polícia Militar que a Oposição votará esse projeto hoje porque o meu líder, Gustavo Corrêa, solicitou orientação deste deputado sobre a matéria. Disse a ele que temos de votar a matéria porque, infelizmente, o comando da Polícia Militar não cumpriu sua parte. Primeiro promoveu um ato, um ato somente do comandante-geral. É ele quem publica no boletim geral da instituição. Ele foi mal assessorado. Disse a ele que precisava de leis efetivas para fazer em tempo hábil.



Como disse aqui o líder Gustavo Corrêa, onde está o regime de urgência? Deputado Glaycon Franco, até hoje o regime de urgência não chegou. Senhores soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar que estão aguardando esse projeto, até hoje o regime de urgência não chegou. Mas projeto para aumentar ICMS, projeto do Sisema, que arreventou com os órgãos de fiscalização, foram mandados pelo governo em caráter de urgência. Não há como vir aqui dizer que esse projeto permitirá a promoção de 8 mil soldados porque não vai permitir. O projeto não diz respeito a essa graduação específica. Podem até dizer isso.

Deputado Gustavo Corrêa, quero solicitar a V. Exa. que destaque o art. 7º. Já faço esse pedido à assessoria do bloco, porque o art. 7º é uma aberração que trará sérios transtornos para o policial e para o bombeiro militar. Art. 7º: “O efetivo dos postos de graduações previstos no anexo desta lei poderá ser aumentado ou diminuído em até 20% por regulamento”. Isso é um retrocesso. Já alertei o Centro Social de Cabos e Soldados, a Ascobom, a Aspra, a AOPMBM, o COPM, a União dos Militares, todas as associações de classe. Esse artigo é venal, é prejudicial aos policiais e bombeiros militares. Solicito ao Dr. Sabino que rascunhe requerimento para que esse artigo e seu parágrafo único sejam destacados, porque trarão prejuízos enormes para os policiais e bombeiros militares. Comandante-geral não pode, por regulamento, aumentar efetivo nem diminuir número de efetivos.

Imaginem se o governo diminui o efetivo já tão escasso da Polícia Militar e dos bombeiros. Podem dizer: “Mas não vai diminuir, deputado”. Então retirem do texto. Para que colocar no texto que poderá diminuir ou aumentar em 20% o efetivo por meio de regulamento? A tudo aquilo que nos remete a decreto e regulamento o parlamentar tem de ter ojeriza, porque, primeiro, isso retira a competência da função legiferante de cada um de nós.

Quero aqui, deputado Gustavo Corrêa, falar sobre a emenda que o bloco apresentou. Por que apresentamos a emenda? Por causa da falácia do governo Pimentel do PT.

Deputado João Leite, apresentamos uma emenda, e vou passar a palavra a V. Exa. neste momento, mas quero fazer a leitura dela. Por que apresentamos a emenda? Porque não há na lei a garantia do pagamento no quinto dia útil. Isso não existe, então a emenda foi construída com o seguinte teor: “Emenda ao Projeto de Lei nº 3.173/2016. Acrescente-se onde convier: o pagamento da remuneração dos militares e servidores do Estado em atividade, dos proventos dos militares e servidores inativos e das pensões devidas pelo falecimento de militar ou de servidor será feito integralmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido. Parágrafo único: Em caso de descumprimento do disposto deste artigo, a partir da data que se refere o *caput* até a data do efetivo pagamento, os valores devidos serão corrigidos diariamente pela variação nominal da taxa Selic, divulgada pelo Banco Central”. Aqui assinam todos os deputados do bloco de oposição. Por quê? Porque o governo é obrigado a pagar no quinto dia útil.

A CLT obriga todo e qualquer empresário... Portanto, deputado João Leite, concedo aparte a V. Exa. para dizer que a farsa do governo do PT não vai prevalecer. Os governos anteriores nunca lançaram mão de mudar a lei de efetivo, em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Nunca foi mudada a lei de efetivo para atender à promoção por tempo de serviço de soldado a cabo. O governo do PT cria essa invenção, essa farsa.

O deputado João Leite (em aparte) – Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Gostaria de dizer a V. Exa. que, além de confiar plenamente na sua avaliação, dado o seu comprometimento com essa causa, o comprometimento com seus colegas de farda, o comprometimento não apenas com essa tropa que está hoje trabalhando, mas com os reservistas também da PM, eu confio plenamente no estudo e na avaliação que V. Exa. faz. E aí, para além dessa conversa permanente e de te ouvir, busquei outras fontes também. Busquei aqueles que, em outro tempo, deram promoção para os policiais. V. Exa. está correto. Essa é uma mania do PT, deputado Rodrigues, de retirar a titularidade, a propriedade do outro. É a troca do nome de um programa. O programa era de um jeito, mas, quando chegam ao poder, mudam o nome dele para dizer que estão fazendo alguma coisa pela Polícia Militar.

Lamentavelmente, a grande chance que este governo teve de fazer alguma coisa pela Polícia Militar, pela Polícia Civil e pelos bombeiros militares foi perdida. Isso porque ele deu o auxílio-alimentação para todo servidor público – e a gente aplaude www.almg.gov.br Página 30 de 36



isso –, mas deixou de fora o policial militar, o policial civil, o bombeiro militar, bombeiro que está na estrada, que socorre uma vítima, que leva essa vítima para o João XXIII, que permanece muitas vezes 20 horas numa ocorrência, ou o policial militar que sai do Noroeste de Minas e viaja 300km em busca da delegacia do plantão regionalizado, sem direito à alimentação. Vejo alguns absurdos, quando muitas vezes dizem: “Ah, vimos os policiais militares lanchando numa padaria”.

Quem aguenta ficar na rua tanto tempo e depois ir para uma delegacia ficar aguardando, como vimos hoje na Comissão de Segurança Pública, lá no Ceflan, onde uma guarnição da Polícia Militar permaneceu por 42 horas? Essa guarnição era comandada pelo Sgt. Júlio. Depois, houve substituição pela guarnição do Sgt. Reginaldo. Eles permaneceram 42 horas, e esse governo não lhes dá direito à alimentação! E dizem que o policial vai à padaria e se alimenta! O que queremos? Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. tem muito mais informações do que eu, mas sabemos que, muitas vezes, o policial empenhado para ir às ruas entra na viatura, mas não consegue ligar o carro, não sai do lugar. Aí, ele entra em outra viatura, que está sem bateria. A terceira viatura é que vai às ruas para combater o crime.

Olha, o governo perdeu uma grande oportunidade. Em vez de repetir algo que não tinha necessidade e fazer esse esforço todo, deveria dar alimentação aos policiais militares e civis e aos bombeiros militares. Isso, sim, seria um grande tento deste governo.

Lembro o meu tempo de atleta, de jogador de futebol: o PT continua jogando para a plateia. Mas, infelizmente, isso não dá a vitória. É preciso ser incisivo para vencer, tem de fazer gol. Eles estão perdendo muita oportunidade, fazendo firula. Aqui é uma firula! A Assembleia Legislativa está há dias tentando votar algo sem necessidade. Conversei com pessoas que falaram anteriormente. V. Exa. está certo, isso não era necessário.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, deputado João Leite. Quero apenas acrescentar e corroborar algumas informações. Durante a campanha, o governador Pimentel dizia aos soldados que do jeito que estava, com armamentos obsoletos, era difícil, que a situação iria melhorar, que a polícia seria equipada. E agora anuncia um corte de R\$360.000.000,00. O seu secretário de Planejamento e Gestão disse que o IPSM tem excesso de orçamento e arrecadação. Deputado Antônio Carlos Arantes, nunca vi um secretário dizer uma bobagem tão grande como esse moço disse em entrevista hoje. Dizer que o Instituto de Previdência dos Servidores Militares tem excesso de orçamento e arrecadação? Acho que ele confundiu o IPSM com a Fazenda.

Deputado João Leite, acompanhando a execução orçamentária, na rubrica segurança pública, em 2014, vimos que a Polícia Militar recebeu de custeio R\$376.000.000,00; em 2015, recebeu R\$278.000.000,00. A diferença foi de R\$98.000.000,00, que caiu, neste governo, apenas em um ano. Foram retirados quase R\$100.000.000,00 do custeio da Polícia Militar. Agora, o governo anuncia outro corte. O cidadão que está nos acompanhando neste momento – o senhor, a senhora, o estudante e o trabalhador – deve saber o que acontece quando um governo estadual retira custeio da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar: faltam viaturas para fazer o patrulhamento ostensivo e preventivo; faltam viaturas da Polícia Civil para fazer diligências e concluir inquéritos; faltam viaturas dos bombeiros para fazer salvamento.

Faço aqui, deputado Durval Ângelo, um alerta a V. Exa. No ano passado, realizamos três visitas ao Corpo de Bombeiros. Escute esse assunto. Fizemos três visitas com essa comissão. Não havia nem quórum. O comandante do Corpo de Bombeiros mandou o Cel. Estêvão falar em nome dele. O governo então aportou os recursos da taxa de incêndio. Sabe o que está acontecendo lá? Em vez de comprarem equipamento de proteção individual, cloro e outros equipamentos necessários, compraram 49 Grand Siena para servir aos comandantes de unidades. Vejam a forma como foi empregado o dinheiro no Corpo de Bombeiros! Vou trazer essa nova denúncia. Deputado Dilzon Melo, é lastimável essa situação. Com o dinheiro que era para comprar equipamento de proteção individual, motosserra, desencarcerador, que é aquele equipamento que tira as vítimas das ferragens, compraram 49 Grand Siena para servir de veículo de transporte de comando, não para servir a área operacional, à população. É muito grave ao que estamos assistindo.

O governo precisa planejar melhor, deputado Dilzon Melo, precisa equacionar melhor essa conta. Se o governador quer atender bem à população com os serviços essenciais, como disse aqui o deputado Gustavo Corrêa – nos quais ele cortou –, www.almg.gov.br Página 31 de 36



quero ver cortar as três secretarias que criou. Foram mais de 500 cargos comissionados criados por ele. É aí que quero ver os cortes, deputado Dalmo, nas três secretarias e em mais de 500 cargos comissionados. Quero ver o governador cortar os R\$100.000.000,00 destinados à propaganda oficial. Gostaria que ele cortasse e aplicasse na segurança pública, na saúde. Queria que o governador não pegasse os R\$3.400.000,00 para pintar farmácias nas cores do seu partido e que comprasse remédio, materiais descartáveis que precisam ser utilizados pelos médicos e enfermeiros. Queria que o governador não gastasse quase R\$200.000,00 para comprar flores para enfeitar o Palácio da Liberdade e Mangabeiras, mas que pudesse comprar coisas essenciais, o lanche dos próprios policiais, já que designou, por meio da Comissão de Planejamento e Gestão, baixou uma designação concedendo auxílio-alimentação para todos os servidores públicos, inclusive os agentes penitenciários e socioeducativos, a qual, na prática, representa uma quebra da paridade de 7,3 nas carreiras iniciais em relação ao soldado da PM, dos Bombeiros, do escrivão e investigador da Polícia Civil. O governador conseguiu fazer uma lambança tão grande, que quebrou a paridade salarial dentro da Defesa Social. Não é que não queiramos que os agentes penitenciários e socioeducativos recebam. Têm de receber, sim, mas tem de haver o tratamento igualitário às demais carreiras iniciais da Defesa Social.

Portanto, o que vemos é uma lambança. O que vemos é que não há planejamento e gestão preocupada com o cidadão, com a saúde do cidadão, com o hospital do cidadão, com as vacinas, com os remédios das farmácias populares. Não há preocupação com a viatura da PM, com a gasolina, com o cabo de embreagem. Visitamos várias unidades da Polícia Militar e vimos que 40% da frota está baixada. Sabem por quê? Porque se cortou o custeio. Dinheiro de custeio é aquilo que faz a máquina pública funcionar. O Sr. Helvécio Magalhães mais o governador anunciam um corte de R\$360.000.000,00 de custeio da segurança pública.

Vem o secretário falar em excesso de orçamento, excesso de arrecadação do Instituto de Previdência dos Servidores Militares. Olha, vou deixar aqui um recado para o governador do Estado e para o secretário Helvécio Magalhães. Secretário, se o senhor tirar dinheiro do IPSM talvez não permaneça nesse cargo para usufruir os jetons que o senhor está recebendo, que são altíssimos. São jetons de R\$42.600,00 por mês, que não são parcelados. O senhor recebe numa única vez. Aí vem ele nas rádios e na televisão dizer que o salário dele também é ruim, que é de R\$10.000,00 e é parcelado.

Olha, o salário é parcelado, deputado Tito Torres, mas o jetom de R\$42.600,00 o secretário de Planejamento e Gestão recebe de uma única vez.

O deputado Tito Torres (em aparte) – Agradeço-lhe o aparte. Não costumo usar muito a tribuna, mas não poderia deixar de falar sobre os cortes da Polícia Militar. V. Exa. e o deputado João Leite estiveram em João Monlevade; não querendo dizer só João Monlevade, em Minas Gerais grande parte das viaturas da polícia estão baixadas, com problemas, e quem tem bancado o conserto desses carros da Polícia Militar e a gasolina para manter a segurança do município são as prefeituras, que infelizmente vêm recebendo cada vez menos recursos e aumentando seus gastos com coisas que são de responsabilidade do Estado. Parabéns V. Exa. por sempre defender a segurança pública na Assembleia. Parabéns.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço a V. Exa. Trouxe a rubrica de investimento da Polícia Militar, mas vou trazer a da Polícia Civil de 2014-2015. Em 2014, o governo anterior destinou, deputado Luiz Humberto Carneiro, R\$33.000.000,00 de investimento à Polícia Civil. Quando fechou o ano de 2015, fui olhar a rubrica Investimento da Polícia Civil, e era de R\$4.000.000,00. Vou repetir para V. Exa. entender. Em 2014, o governo anterior destinou R\$33.000.000,00 para a rubrica Investimento para a Polícia Civil; em 2015, o atual governo fechou a rubrica em R\$4.000.000,00. E o deputado Glaycon Franco deve estar assim: “Poxa vida, por isso aquela região está devastada pelo crime e pela violência e não vemos a capacidade de resposta melhorando”.

Deputado Luiz Humberto Carneiro, não falo na condição de especialista nessa área pela UFMG, mas na condição de especialista na vivência prática, como comandante de viatura. Comandei viatura Rotam na região metropolitana durante seis anos, quando servi ao meu querido Batalhão Rotam. Quando se tem uma unidade da Polícia Militar, digamos que hipoteticamente ela tem 100 viaturas para fazer o patrulhamento preventivo e repressivo na área de determinado batalhão.



Vamos tomar como exemplo o 17º Batalhão. Ficou mais fácil de memorizá-lo, pois está sediado em nossa querida Uberlândia. O 17º Batalhão cobre a região, mas, se 40% da frota baixar, são 40 viaturas a menos. Ou seja, há 40 viaturas reduzidas, retiradas do patrulhamento. Isso significa que 60 viaturas irão cobrir a área de 100 viaturas. Isso faz com que haja uma sobrecarga de trabalho dos policiais, a possibilidade de embate com o criminoso aumenta, a capacidade de resposta é reduzida bruscamente. A viatura da Polícia Militar, deputado Tito Torres, não consegue fazer policiamento preventivo desarmando o criminoso antes de o fato acontecer, antes do assalto, antes do roubo à mão armada, do estupro, do homicídio. Quando ela é empenhada, fica apenas no círculo vicioso de registrar boletim de ocorrência. Não consegue prevenir nem tem tempo para reprimir. Quando ela acaba de atender a ocorrência, a central de operações empenha a ela nova ocorrência. Ela não faz patrulhamento preventivo nem faz o que chamamos, no linguajar policial, de rastreamento, ou seja, de prender o criminoso após o cometimento do delito. É isso que está acontecendo em todo o Estado, deputado Dilzon Melo. Quando V. Exa. pega a unidade do 24º Batalhão sediado lá em Varginha, é isso que está acontecendo. A polícia não está dando conta. Nossos policiais estão sendo sacrificados.

Com a Polícia Civil não é diferente. A Polícia Civil sofre e pena do mesmo jeito porque, sem viaturas e sem equipamentos, ela não consegue cumprir a diligência do delegado que preside o inquérito.

O inspetor ou o investigador classe especial chefia uma equipe de investigadores e vai a campo fazer a intimação e cumprir mandados de busca e apreensão a pedido do delegado para instruir o inquérito policial. Se você não tem viatura, armamento, combustível, a Polícia Civil não consegue trazer para o inquérito policial todos os elementos probatórios, como testemunha, materialidade e autoria, para assessorar o delegado de polícia a fim de que ele faça um inquérito robusto, para que esse inquérito não retorne. Falha a polícia judiciária, falha a polícia ostensiva. Por quê? Porque o governo cortou recursos valiosos de custeio das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, mas não corta as três secretarias, não corta os 500 cargos comissionados. Será que o governador acha que o cidadão é bobo, que o cidadão que está nos acompanhando pela TV Assembleia não sabe fazer essa conta, essa matemática? Olhe, governador Fernando Pimentel, o cidadão sabe, ele sabe que o senhor deveria cortar os R\$100.000.000,00 para a propaganda oficial, ele sabe que o senhor deveria reduzir o fretamento de jatos.

Deputado Dilzon Melo, em 2014, o governo anterior – o que já é um absurdo – gastou R\$138.000,00 com fretamento de jatos, com a Líder Táxi Aéreo. Deputado Tito Torres, Fernando Pimentel disse que faria economia, fez aquele estardalhaço todo: “Vamos cortar, pegamos uma herança maldita, o déficit”. Em 2015, ele fechou o ano com um gasto de R\$850.000,00 com fretamento de jato na empresa Líder Táxi Aéreo. “Deputado, de onde o senhor tirou essas informações?” Do sistema financeiro de administração, do Siafi, do sistema de informação do próprio governo do Estado. Ele gastou 513% a mais com fretamento de jato da empresa Líder Táxi Aéreo e vem dizer e achar que os deputados da oposição são bobos, que não têm acesso ao Siafi, que não leem projeto, que não interpretam matéria. Aqui não.

Sr. Governador, se o senhor quer realmente fazer economia, comece cortando as flores dos Palácios da Liberdade e do Mangabeiras; comece parando de comprar filé-mignon de angus, carne bovina escocesa, que só vim a conhecer quando peguei o pregão eletrônico e vi que o governador tinha comprado lagosta, camarão, filé de angus, carne bovina escocesa que ele paga a R\$95,00 o quilo. Aí não há contribuinte que aguente, não há discurso de corte que se sustente com uma péssima gestão. Governador Fernando Pimentel, pare de mentir. Se o senhor quer, de fato, cortar despesa, corte as secretarias que o senhor criou, corte os 500 cargos comissionados, corte os luxos que o senhor tem no dia a dia. Aí, sim, o senhor vai realmente responder ao cidadão.

Por isso, deputado Luiz Humberto Carneiro, não arredaremos o pé de estar aqui denunciando. O governador Fernando Pimentel mente de forma descarada. Olhem aqui o que está nessa faixa – se alguém ainda não sabe, essa faixa é de minha autoria: “Ao contrário da mentira plantada por Pimentel, gastos com a máquina pública aumentaram em R\$3.000.000.000,00”. Ele disse, no dia 19 de janeiro, que tinha cortado R\$600.000.000,00. Mas a Dra. Luiza, nossa assessora, muito competente,



acessou o Siafi, pegou tudo o que ele tinha feito. Em vez de ter cortado R\$600.000.000,00 de custeio, ele aumentou em R\$3.000.000.000,00.

Olhe, governador, não brincamos de fazer oposição nesta Casa. A principal função da oposição, deputado Luiz Humberto Carneiro, é fiscalizar, principalmente o orçamento público, porque ele é dinheiro do contribuinte. Não minta de forma deslavada, Sr. Governador Fernando Pimentel. Estamos aqui para desmascarar a farsa do governador.

O governador mente, a todo o momento, à população. E qual instrumento ele usa, deputado Luiz Humberto? Ele usa R\$100.000.000,00 para a propaganda oficial. Para que, deputado Dilzon Melo? Para que ele aplique na sua cartilha a famosa teoria de Joseph Goebbels, o ministro nazista das comunicações de Hitler: repetir a mentira mil vezes até ela parecer verdade.

Quero encerrar o meu pronunciamento, dizendo, Sr. Presidente Adalclever Lopes, que estamos insistindo em que V. Exa. receba a emenda. Isso porque sabemos que há uma pressão enorme para o presidente não a receber, Deputado Dilzon Melo. Sabe por quê? Porque os deputados da base do governo, inclusive os do PT, não conseguem votar contra essa emenda que prevê o pagamento no quinto dia útil. E eu espero, Sr. Presidente, que V. Exa. acate a emenda ao encerramento da discussão, sob pena de sua interpretação sobre o Regimento Interno ser jogada por terra em outras emendas futuras. Acabamos de ver uma emenda *frankenstein* ser colocada para alterar a designação de chefe de Polícia Civil e chefe adjunto num projeto de lei ordinária, não era lei complementar, a qual foi acatada. Está cheio de emendas *frankenstein* enfiadas em projetos aos 45 minutos do 2º turno.

Deputados Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa, não aceitaremos uma interpretação que chamamos no direito de *in malam partem*, ou seja, para prejudicar a emenda da oposição. Se isso acontecer, deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, líder do bloco e líder da Minoria, teremos prejuízos enormes daqui em diante, sob pena de o Regimento Interno ser rasgado com uma interpretação equivocada, porque emenda *frankenstein* é o que não falta nas emendas do governo.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Meu caro presidente, minhas senhoras, meus senhores, peço a atenção de cada um aqui para fazer a leitura de um pequeno texto que acho servir a todos os parlamentares que aqui se encontram.

Meu caro presidente, quero deixar claro que essa é uma manifestação do Bloco Verdade e Coerência.

Não estamos aqui para levantar nenhum questionamento quanto à competência exclusiva do presidente para “deixar de receber proposição que não atenda às exigências constitucionais ou regimentais”. Mas é necessário que sejam fixados, de forma clara, os critérios para a definição do que seja a pertinência entre uma emenda e o projeto a ser emendado, pois é alto o nível de subjetividade existente. O exercício da atividade parlamentar, ilustres colegas, manifesta-se também na prerrogativa de modificar, quando couber, o texto de proposições em tramitação na Casa Legislativa, obedecidos, é claro, os limites que são expressamente fixados na Constituição. Se assim não fosse, ao Poder Legislativo caberia simplesmente homologar aquilo que teria sido encaminhado para aprovação pelo Executivo e, nesse caso, perderia sua própria razão de ser.

Abro um parêntese para lembrar de um questionamento feito pelo deputado Lafayette de Andrada na última semana, conforme os ensinamentos de um dos mais eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal, Victor Nunes Leal, corajosamente proferidos há 50 anos, em um dos momentos mais sombrios da história política deste país: “A Assembleia não pode ficar reduzida ao papel de dizer sim e não, como se fosse” – frase conhecida – “composta de mudos, que apenas pudessem baixar a cabeça, vertical ou horizontalmente. Ela pode introduzir elementos novos no projeto, desde que não o desfigure, que não mude a sua substância”.

Há, na história deste Poder Legislativo, um grande número de projetos em que foram apresentadas emendas, tanto de deputados quanto do governador do Estado, em que a pertinência em relação à proposição original, meu caro presidente, para fins de recebimento, foi interpretada de forma bastante flexível. Todos aqui presentes, especialmente os parlamentares mais experientes, conhecem vários exemplos dessa afirmação. Um deles, bem recente, que vamos destacar agora, até porque a grande maioria compõe a base governista, é o do Projeto de Lei n.º 3.107, de autoria do governador do Estado, recebido em



24/11/2015, neste Plenário. Na sua forma original continha apenas dois artigos e um único objetivo: o de promover adequação no anexo da Lei nº 18.692, no qual eram relacionados os programas sociais em andamento no Estado, condição necessária para a manutenção de repasse de recursos mediante convênio em ano eleitoral.

No decorrer da tramitação da matéria, o governador do Estado encaminhou a esta Casa, por meio da Mensagem nº 97/2015, quatro emendas, as quais foram incorporadas ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, confirmando-se, portanto, o recebimento antecipado das emendas propostas pelo chefe do Poder Executivo.

Das quatro emendas, apenas uma alterava o anexo original do projeto e guardava inquestionável relação com a proposição original. As outras três, por sua vez, alteravam outras normas, relacionadas com a estrutura operacional da administração pública, e não guardavam, portanto, nenhuma relação com a execução de programas estaduais, objetivo único e original do projeto. Foram, no entanto, recebidas, votadas, aprovadas e sancionadas pelo governador do Estado e hoje são lei.

Mas não foi apenas isso. No decorrer da célere tramitação do mesmo projeto, o governador encaminhou outra mensagem, apresentou outra emenda, que tinha o objetivo de regularizar a concessão de auxílios para o transporte e para a alimentação de servidores estaduais.

Essa emenda, que obviamente não guardava nenhuma relação com a uniformização dos critérios de gestão e execução dos programas sociais, foi recebida em Plenário. O fato de haver sido a proposta retirada dias depois não invalida a discussão que ora fazemos: o recebimento da emenda que não guarda pertinência com o texto da proposição foi aceito pelo presidente da Assembleia Legislativa e a sua retirada apenas confirmou a eficácia daquele ato de recebimento.

É sabido que a análise da pertinência entre uma emenda proposta e o texto original da proposição comporta, deputado Dalmo Ribeiro Silva, o exercício da subjetividade daquele que detém a prerrogativa de decidir, que sabemos ser o presidente. Mas a decisão do presidente, que me perdoe V. Exa., deve ser coerente com as práticas consolidadas na Casa. Se assim não for, corremos o risco de ver a crescente imprevisibilidade e conseqüente instabilidade no processo legislativo. Deputada Celise Laviola, as regras do jogo não podem ser alteradas por decisões tomadas ao sabor de pressões ou de circunstâncias políticas momentâneas.

Nesse sentido, os deputados do Bloco Verdade e Coerência solicitam ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, que, no exercício de sua prerrogativa exclusiva de decidir sobre o recebimento de emendas, mantenha os mesmos parâmetros adotados para o não recebimento da emenda apresentada pelos deputados desse bloco, que, de forma justa e oportuna, visa evitar os atrasos no pagamento dos servidores estaduais, fato que, infelizmente, tende a se repetir e a se multiplicar na atual administração.

Solicitamos também que a mesma interpretação que impede o recebimento de uma emenda justa, de interesse de todos os servidores estaduais, seja mantida especialmente se forem apresentadas no futuro, pelo governador do Estado, emendas contendo matéria estranha em projetos de sua autoria, fato que temos visto com frequência, nesta Casa, recentemente.

Esse, presidente, é apenas um pedido dos deputados do Bloco Verdade e Coerência em vista do não recebimento da emenda apresentada por esses deputados, que, em nosso entendimento, tinha pertinência com a matéria do projeto, mas que, infelizmente, para não se constranger, ou sob pressão do Poder Executivo, a Mesa decidiu por não acolher. Esperamos que fatos como esse não voltem a ocorrer, porque, assim, certamente vamos prejudicar o processo legislativo.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/2/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015,



assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Gianni Cunha Gomes Reis, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

exonerando Luiza Maria Luzinete Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

exonerando Maria de Lourdes Ribeiro de Souza, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Rosilene Magalhães do Carmo Silva, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges;

exonerando Vânia Lúcia Silva Trindade Barros, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Acir Augusto César Parreiras Júnior, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Anderson Martins dos Santos, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Célia Maria Morais Rennó Brochetto, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Cláudia Márcia de Lima, padrão VL-47, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Flávia Carolina Costa, padrão VL-42, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva;

nomeando Karla Patrícia da Silva, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Marcio Junio Gonçalves Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Thiago Henrique Ferreira Matos, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Wander Borges;

nomeando Vanderlei Mauro da Silva Junior, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Vaneza Pereira Froes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 11/2016

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 24/2016

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/3/2016, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de ferramentas diversas.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.